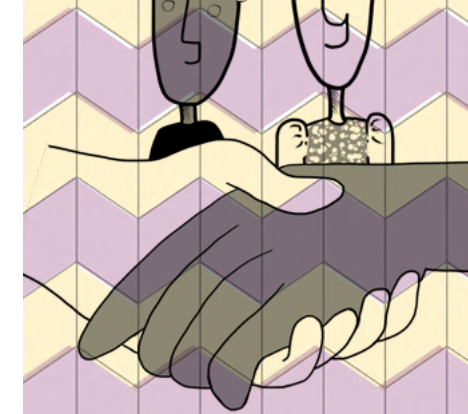




CADERNOS | luoppa
APRENDIZADOS DO 2º LAB



INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



IDEALIZAÇÃO E REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



APOIO PLENO



APOIO MASTER



APOIO ESPECIAL



PARCERIA METODOLÓGICA



APOIO INSTITUCIONAL



CIDADES MENTORAS



ORGANIZAÇÕES MENTORAS



LUPPA
CADERNOS
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

EQUIPE LUPPA 2ª EDIÇÃO

COORDENAÇÃO
GERAL

Juliana Tângari
COMIDA DO AMANHÃ

COORDENAÇÃO

Elizabeth Moura
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Francine Xavier
COMIDA DO AMANHÃ
Mônica Guerra
COMIDA DO AMANHÃ
Rodrigo Perpétuo
ICLEI AMÉRICA DO SUL

GERENTE DE
PROJETO

Thais Barreto
COMIDA DO AMANHÃ

COMUNICAÇÃO

Jhonathan Freitas
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Stephanie Gouvea
COMIDA DO AMANHÃ
Thais Barreto
COMIDA DO AMANHÃ

CONTEÚDO, APOIO
OPERACIONAL E
RELACIONAMENTO
COM CIDADES

Bruce Scheidl
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Guilherme de Franco
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Maria Eduarda Lemos
COMIDA DO AMANHÃ
Roberta Curan
COMIDA DO AMANHÃ
Tárzia Medeiros
COMIDA DO AMANHÃ

APOIO PROSPECÇÃO

Ana Vitória Wernke
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Armelle Cibaka
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Cibele Carneiro
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Leta Vieira de Souza
ICLEI AMÉRICA DO SUL



CADERNOS LUPPA

CURADORIA E
CONTEÚDOS

Francine Xavier
Juliana Tângari
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Thais Barreto

REVISÃO DE TEXTO

Cibele Carneiro
Elizabeth Moura
Maria Eduarda Lemos
Mônica Guerra

PROJETO GRÁFICO
& ILUSTRAÇÕES

Josélia Frasão

FOTOGRAFIAS

Josélia Frasão

páginas 15, 16, 22, 24, 49
(7537) 66 (7712).

Juliana Rossini

páginas: 1, 11, 14, 13, 18, 19,
20, 21, 26, 33, 35, 36, 37, 38,
39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48,
49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59,
64, 65, 66 (0945), 104.

Stephanie gouveia

páginas 66 (003), 49 (009)



EQUIPE DE APOIO LUPPA LAB

FACILITAÇÃO
GRÁFICA

Josélia Frasão
COMIDA DO AMANHÃ

FOTOGRAFIAS

Josélia Frasão
Juliana Rossini
Stephanie gouveia

PRODUÇÃO

Ana Monteiro
Alexandre Unger Clemente
Danilo de Sando Nascimento
Esther Fernandes de Sando
Felipe Thiago Silva De Oliveira
Luiz Fernando Correa Borges
Marcelo Makoto Oliveira Tugumi
Samir Santos de Oliveira
Amanda Balan (repcionista)
Paloma Góis (repcionista)

FACILITAÇÃO E APOIO DOS
GRUPOS DE TRABALHO DO LAB

Adelcia Patrícia Vaz Almeida
Bruce Scheidl
Camila Ceylão
Catia Grisa
Elizabeth Moura
Fabício Muriana
Flávia Brito
Francine Xavier
Juliana Tângari
Luana Rocha

Lucilene Danciguer
Maria Eduarda Lemos
Maria Siqueira
Maurício Alcântara
Melissa de Araújo
Mônica Guerra
Olivia Honório
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Virginia Antonioli
Yasmin Monteiro



CIDADES PRESENTES NO LUPPA LAB #2

idades mentoras

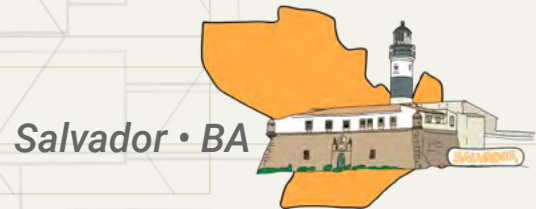
Curitiba • PR



Osasco • SP



Recife • PE



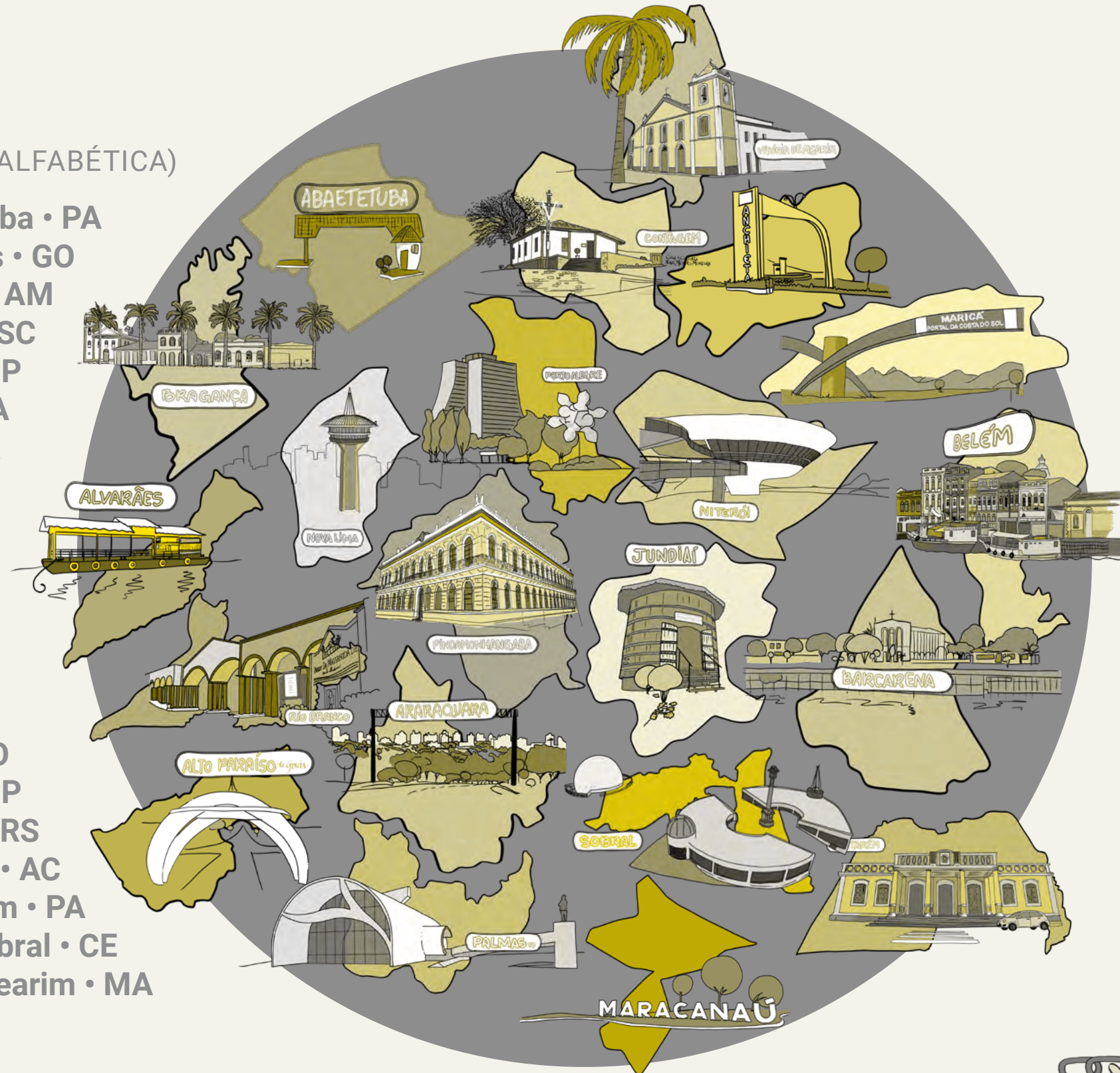
Salvador • BA



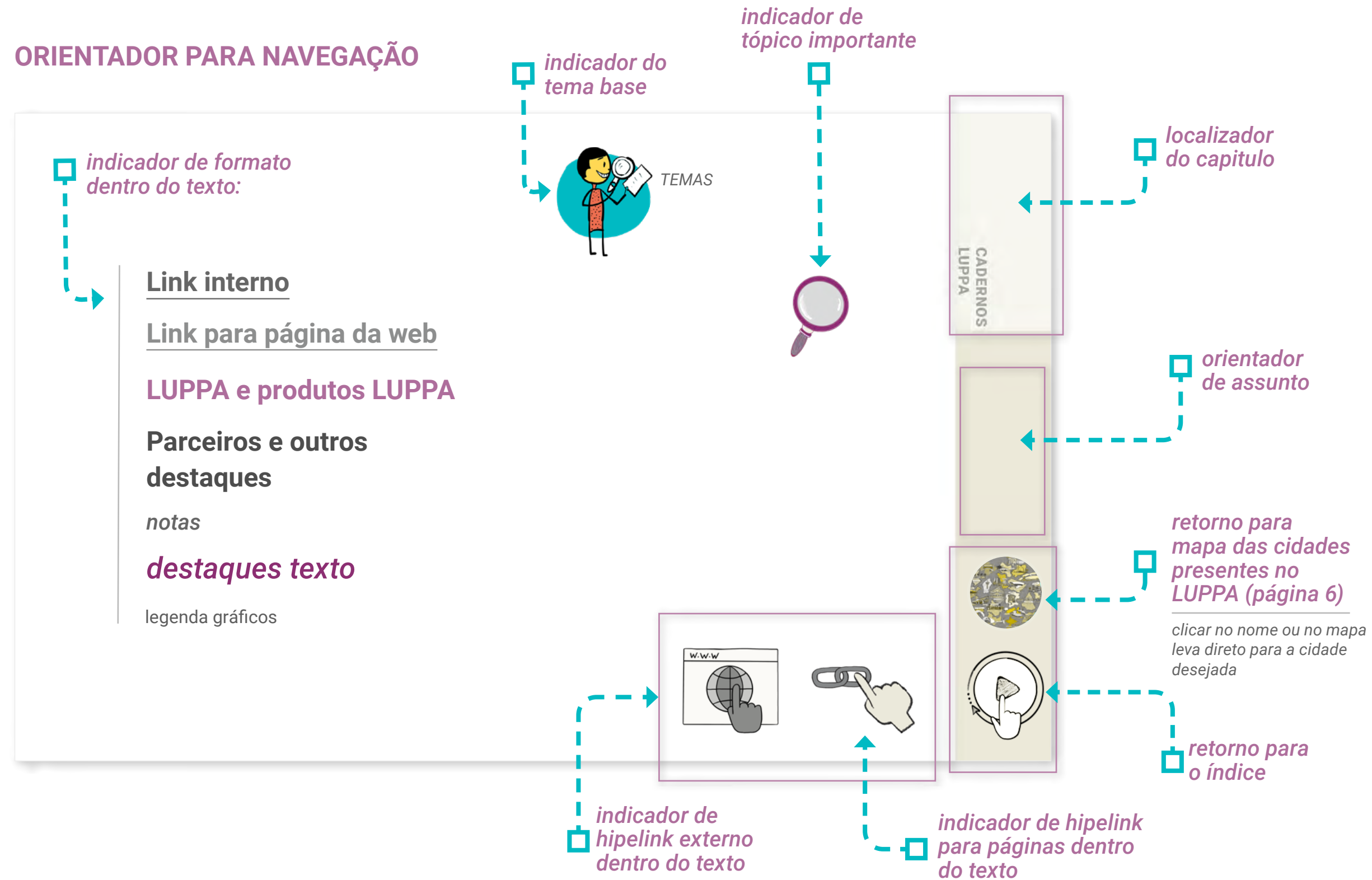
São Paulo • SP

(EM ORDEM ALFABÉTICA)

- Abaetetuba • PA
- Alto Paraíso de Goiás • GO
- Alvarães • AM
- Anchieta • SC
- Araraquara • SP
- Barcarena • PA
- Belém • PA
- Bragança • PA
- Contagem • MG
- Jundiaí • SP
- Maracanaú • CE
- Maricá • RJ
- Niterói • RJ
- Nova Lima • MG
- Palmas • TO
- Pindamonhangaba • SP
- Porto Alegre • RS
- Rio Branco • AC
- Santarém • PA
- Sobral • CE
- Vitória do Mearim • MA



ORIENTADOR PARA NAVEGAÇÃO





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cadernos LUPPA [livro eletrônico] : aprendizados do 2º Lab / organização Instituto Comida do Amanhã, Iclei América do Sul; ilustrações Josélia Frasão. -- Rio de Janeiro, RJ : Comida do Amanhã, 2023.
PDF

ISBN 978-65-980965-0-2

1. Alimentação - Aspectos sociais 2. Políticas públicas 3. Projetos de desenvolvimento econômico
I. Instituto Comida do Amanhã. II. Iclei América do Sul. III. Frasão, Josélia.

23-166769

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas e práticas sociais 361.61

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

GLOSSÁRIO

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CADUnico - Cadastro Único do sistema de assistência social federal. Registro do governo federal que congrega dados das famílias de baixa renda no Brasil, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras municipais

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos municípios, utiliza-se a mesma sigla para significar Câmara Intersecretarias (ou Intersetorial) de Segurança Alimentar e Nutricional

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

COP - Conferência das Partes, é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992

COPSAN - Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém do Pará

Conselho de SAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios - cujas denominações e siglas oficiais variam entre CMSAN, COMSEA, COMUSAN, etc. Por isso, preferiu-se nesta publicação designá-los indistintamente de Conselho de SAN

CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional

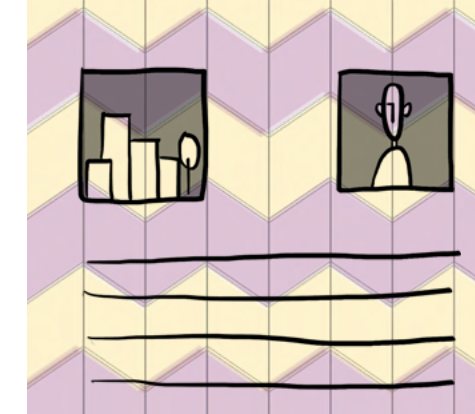
CRESAN - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sigla e denominação popular das autarquias estaduais destinadas a promover a assistência técnica e extensão rural nos estados

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária



FAO - Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em sua sigla em inglês, Food and Agriculture Organization). Sediada em Roma, Itália, mas com escritórios regionais inclusive no Brasil, compõe, junto com o FIDA e o PMA, as chamadas agências romanas da ONU

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Tanto a União quanto estados e municípios devem editar sua própria LOSAN, como marco legal orientador de seu sistema de SAN (SISAN, SISAN estadual, SISAN municipal)

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE

LUPPA - Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares

OMS - Organização Mundial da Saúde

PACTO DE MILÃO - Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana, lançado em Milão, Itália, na Expo 2015. Não se trata de um compromisso obrigatório como os tratados internacionais, mas indica os compromissos voluntários de mais de 200 cidades signatárias ao redor do mundo com a agenda dos sistemas alimentares urbanos

PANCs - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

PMAA - Programa Municipal de Aquisição de Alimentos

PMSAN-NL - Política Municipal de SAN Sustentável de Nova Lima

PRODAM - Programa de Desenvolvimento Agroalimentar da Região Metropolitana de Curitiba

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: “SISAN estadual”; “SISAN municipal”

SISAN-NL - Sistema Municipal de SAN de Nova Lima

SMSAN - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância





todas as trocas trazem muitas reflexões para vermos o que estamos fazendo de bom e de ruim. ... e é muito inspirador ver que muitas experiencias estão dando certo...

importância das parcerias, quão entriquecedor foram as trocas de saber ...



importancia das trocas e a necessidade de entender a agricultura familiar...



ÍNDICE

1

APRESENTAÇÃO

2

PERFIL DAS CIDADES NOVAS

3

COMO FOI O NOSSO 2º LAB



4

AS MENTORIAS DA 2ª EDIÇÃO

5

INICIATIVAS QUE INSPIRAM:
programas e ações de referência das cidades participantes do 2º LAB



acesse a partir das cidades

6

CONCLUSÃO:
LIÇÕES DA 2ª EDIÇÃO DO LUPPA





AGRADECIMENTOS

*Os resultados trazidos nesta publicação são os resultados do trabalho incansável de toda a equipe do **LUPPA**, composta por colaboradores e voluntários extremamente dedicados ao projeto e à sua missão. Não teríamos chegado aqui sem o trabalho de cada uma dessas pessoas. O mesmo se diz dos nossos apoiadores e parceiros, que acreditam no projeto e nos concederam a energia necessária para que o **LUPPA** possa ser realizado com as melhores ferramentas possíveis.*

A cada uma das equipes das prefeituras e conselhos das cidades participantes e das cidades mentoras, agradecemos imensamente a confiança, a dedicação e o empenho. Afinal, as lições compartilhadas nesta publicação revelam o trabalho e as conquistas que cada uma destas equipes já realiza em seus territórios.

APRESENTAÇÃO

1

CADERNOS
LUPPA



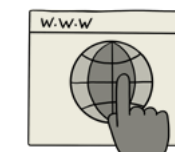
MESA
CIPAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Dando continuidade à série Cadernos LUPPA, o **Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA**, um projeto do **Instituto Comida do Amanhã** em correalização com o **ICLEI América do Sul**, com o apoio pleno do **Instituto Ibirapitanga** e do **ICS - Instituto Clima e Sociedade**, apoio especial da **Delegação da União Europeia no Brasil**, **Embrapa** e do **WWF Brasil** e apoio institucional da **ACT Promoção da Saúde, Alimentação Consciente Brasil, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO Brasil** e **Humane Society International** e parceria metodológica da **Reos Partners**, traz a público os aprendizados de sua segunda edição, realizada entre setembro de 2022 e julho de 2023.

O **Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA** é uma plataforma colaborativa para apoiar e facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica. Nele, representantes de diversos municípios do Brasil se unem para trabalhar na construção de uma agenda integrada de sistemas alimentares em suas cidades, cobrindo um espectro de políticas que vão do combate à fome ao combate à emergência climática, passando por geração de renda, garantia de direitos, educação alimentar, regulação de ambientes alimentares saudáveis e desenvolvimento regional, além de outros tantos temas afetos às políticas alimentares.

Nessa publicação, contamos como nossas atividades se desenvolveram, quem participou, o que conquistamos juntos, além de um compilado de programas, políticas e iniciativas das cidades participantes que foram compartilhadas ao longo do programa.



1.1. ATIVIDADES DE CADA CICLO

As atividades do **LUPPA** são desenvolvidas em ciclos anuais, definidos como edições do **LUPPA**. Cada edição se inicia com a seleção das cidades novas, através de uma chamada para cidades de até 1,5 milhão de habitantes, que visa identificar governos locais comprometidos com a agenda alimentar, dentro de uma maior diversidade territorial possível. Uma quota de 40% das vagas abertas é dedicada às cidades localizadas na Amazônia legal.

São requisitos ainda para seleção das cidades (i) a assinatura de uma carta de compromisso pela prefeita ou prefeito municipal, e (ii) o preenchimento de um diagnóstico rápido, para compreensão

da dedicação do governo local à agenda alimentar e dos temas de interesse.

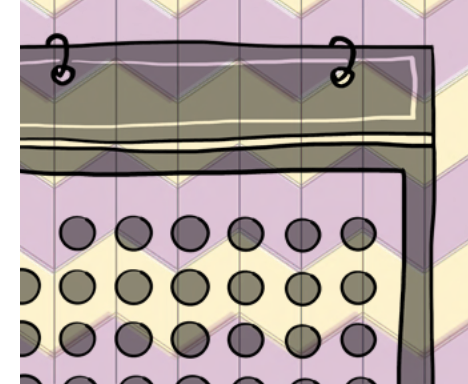
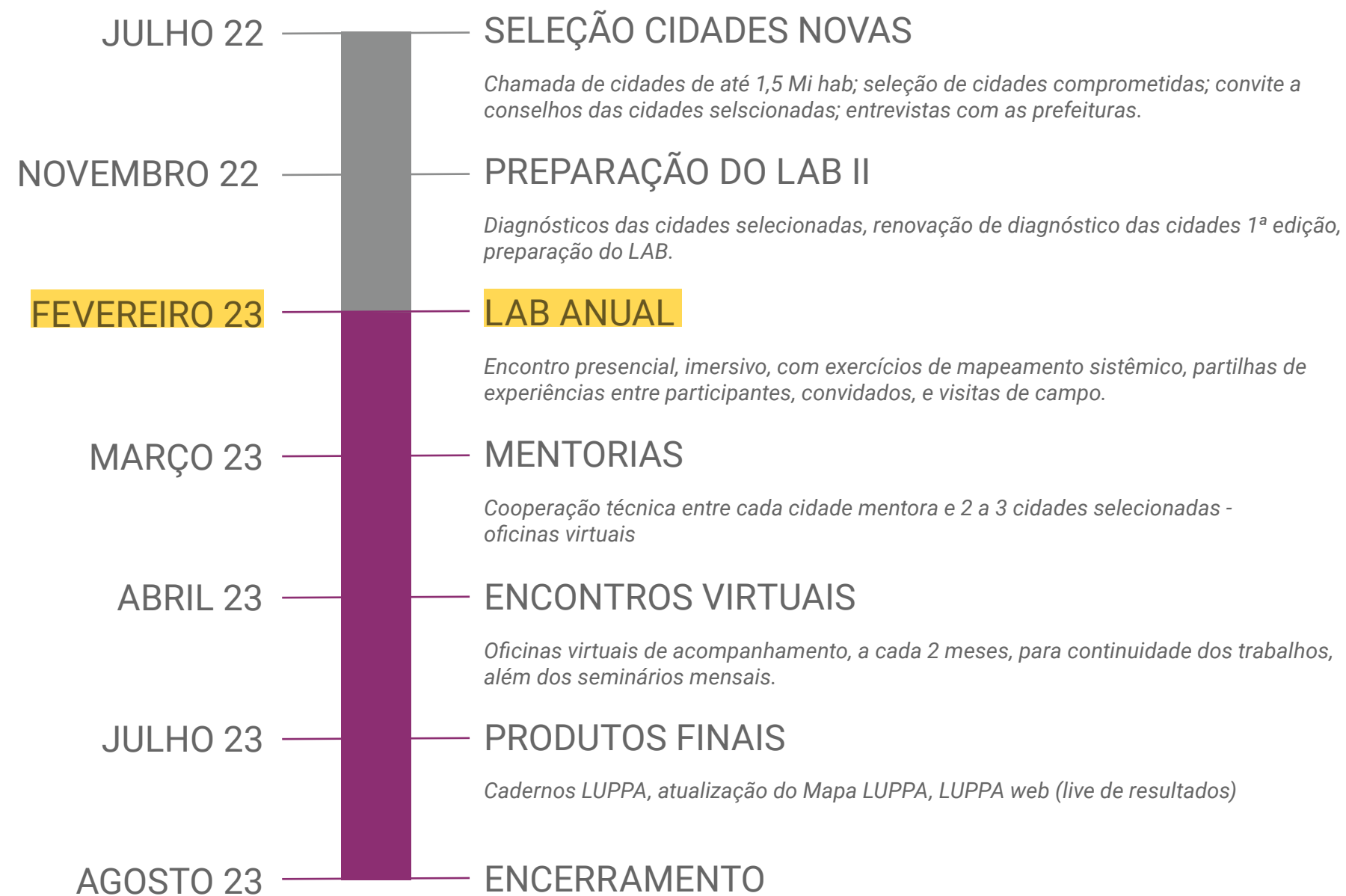
Após a seleção, são convidados a também participarem do programa os representantes da sociedade civil do conselho de controle social de cada cidade selecionada, preferencialmente o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, se houver. Realizam-se então entrevistas e diagnósticos das cidades selecionadas, que, juntamente com as cidades das edições anteriores que tiverem renovado seu compromisso, são convidadas a participar de uma jornada de encontros (oficinas) que vão garantir a troca de experiências entre as cidades. Também são oferecidos seminários pelos parceiros de

conteúdo do **LUPPA**, as organizações mentoras. Essa fase inicial garante a preparação para o LAB, customizada pelas demandas e interesses das cidades participantes.

Uma vez a cada edição, é realizado o **LUPPA LAB**, um encontro imersivo em que todas as cidades participantes mergulham numa jornada de aprendizado e troca de experiências intensa entre si. O **LAB** é um momento fundamental da jornada de cada edição do **LUPPA**, e é um evento exclusivo para representantes das cidades participantes, tanto de seus governos quanto de seus conselhos.

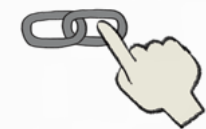


CRONOGRAMA





Nesta segunda edição tivemos a oportunidade de, pela primeira vez, realizar o **LUPPA LAB** presencial, conforme será detalhadamente descrito no **capítulo 3**. As demais atividades da edição são todas conduzidas em formato remoto.



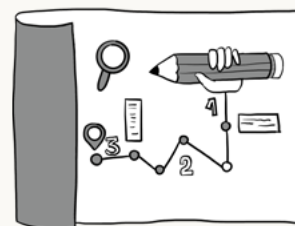


Um dos pilares do **LUPPA** é a convicção de que as cidades precisam desenhar e implementar políticas públicas que integrem, com coerência e abrangência, diversas ações e programas, das mais variadas áreas do governo, para garantir que os sistemas alimentares municipais possam de fato promover a saúde das pessoas e do planeta, com justiça social e resiliência às vulnerabilidades climáticas e econômicas.

Por isso, uma importante ferramenta trabalhada no **LUPPA LAB** é o **Projeto Âncora**, um roteiro ou exercício que visa apoiar as cidades participantes a desenvolverem estratégias bem planejadas.

Após o **LAB**, inicia-se a fase das **mentorias**, pela qual ocorrem **oficinas exclusivas**, que estreitam uma cooperação técnica entre cada cidade mentora do **LUPPA** e duas a três cidades selecionadas. Esse é um momento intenso de partilha de experiências, que beneficia tanto as cidades participantes quanto as cidades mentoras do programa. O detalhamento das mentorias do **LUPPA** pode ser conferido no **capítulo 4**.

Paralelamente, seguem em curso, a cada dois meses, as **oficinas de acompanhamento** dedicadas ao grupo completo da comunidade **LUPPA**, e não apenas aos grupos das mentorias, dando continuidade aos trabalhos da edição.

Projeto
Âncora

mentorias

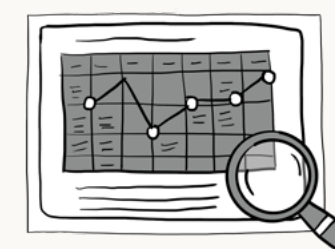
oficinas
exclusivasoficinas de
acompanhamento

1.2. PRODUTOS DE CADA CICLO

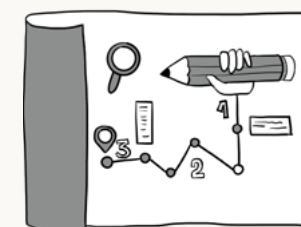
Os participantes do programa **LUPPA** recebem a cada dois meses um boletim informativo com uma curadoria de notícias relevantes para políticas alimentares, notícias e conquistas das cidades **LUPPA**, um lembrete da agenda de atividades, além de dicas e oportunidades. Porém, os principais produtos oferecidos às cidades são as duas importantes ferramentas metodológicas a seguir:

1 ▶ uma **matriz de diagnóstico** de sistemas alimentares das cidades, cujo preenchimento é tanto um exercício de intersetorialidade quanto uma forma de dar visibilidade às ações de cada cidade na grande área de sistemas alimentares, já que essas informações são a fonte do **Mapa LUPPA**.

2 ▶ uma rota para se chegar a um Plano Municipal autônomo de Segurança Alimentar e Nutricional, com visão sistêmica da alimentação. Esse roteiro, o qual chamamos de **Projeto Âncora**, é uma ferramenta para identificar uma ação ou projeto que deva ser priorizado pela gestão pública no curto prazo. Dizemos que o **Projeto Âncora** é “**um plano de ação para o Plano**”. Afinal, gestoras e gestores municipais precisam ser persistentes e perseverantes para chegar ao ponto de identificar, de fato, o impacto nos indicadores de saúde, justiça e sustentabilidade de seus sistemas alimentares.

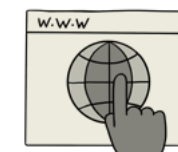


Matriz de diagnóstico



Projeto âncora

Projeto Âncora é “um plano de ação para o Plano”





A partir de tudo o que se trabalha durante as atividades do **LUPPA**, que são exclusivas à **Comunidade LUPPA**, informações e resultados são sistematizados para compartilhamento com a sociedade.

O primeiro deles é o **Mapa LUPPA**, uma ferramenta do **website LUPPA** que localiza as cidades participantes e visibiliza as informações que são fornecidas ao programa a partir do diagnóstico preenchido no início das atividades.

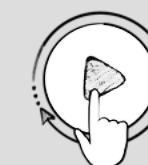
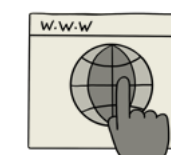
Ao término de cada edição, além da atualização do **Mapa LUPPA**, é lançada a série **Cadernos LUPPA** e um **sumário** específico das cidades localizadas na Amazônia. Por fim, é realizado ainda um encontro aberto, em formato webinar

e entrevista, para compartilhamento dos resultados da edição que se encerra o **LUPPA WEB**.

Nessa publicação, contamos como nossas atividades se desenvolveram, quem participou, o que conquistamos juntos, além de um compilado de programas, políticas e iniciativas das cidades participantes que foram compartilhadas ao longo do programa. As referências às experiências de cada cidade, no **Capítulo 5**, não pretendem de forma alguma exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das experiências que foram compartilhadas durante nossas atividades.



informações e resultados são sistematizados para compartilhamento com a sociedade



PERFIL DAS CIDADES NOVAS

2

CADERNOS
LUPPA



2.1. PERFIS DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA



As cidades participantes do **LUPPA** estão distribuídas em diferentes perfis de participação

COMUNIDADE LUPPA



**TODAS AS CIDADES, INCLUINDO:
CIDADES EDIÇÃO ANTERIOR SEM RENOVAÇÃO
+ CIDADES MENTORAS SEM RENOVAÇÃO
+ CANDIDATAS NÃO SELECIONADAS,
SE CONVIDADAS**

**PARTICIPA DA PLATAFORMA LUPPA E
ACESSA ÁREA RESTRITA DO SITE**

**RECEBE BOLETIM
INFORMATIVO**

**RECEBE CONVITE PARA
SEMINÁRIOS ONLINE**

**PODE PREENCHER /ATUALIZAR DIAGNÓSTICO
E ENTRAR NO MAPA LUPPA**

CIDADES 1ª EDIÇÃO
COM RENOVAÇÃO



**TODAS AS VANTAGENS
DA COMUNIDADE LUPPA**

**PARTICIPA OFICINAS
(LAB PRESENCIAL
+ REUNIÕES DE
ACOMPANHAMENTO)**

**DESENVOLVE / ATUALIZA
PROJETO ÂNCORA**

CIDADES 2ª EDIÇÃO



**TODAS AS VANTAGENS
DA COMUNIDADE LUPPA**

**PARTICIPA OFICINAS
(LAB PRESENCIAL
+ REUNIÕES DE
ACOMPANHAMENTO)**

**DESENVOLVE/ATUALIZA
PROJETO ÂNCORA**

**ENTREVISTAS
PREPARATÓRIAS**

RECEBE MENTORIAS



A Comunidade **LUPPA**, contempla todas as cidades do projeto, incluindo: cidades da edição anterior com e sem renovação, cidades mentoras com e sem renovação, candidatas não selecionadas e cidades selecionadas para a edição presente. Todas estas cidades participam da plataforma **LUPPA** e acessam a área restrita do SITE; recebem boletim informativo do **LUPPA**; recebem convites para seminários online e podem preencher o diagnóstico **LUPPA**, que é a base para a ferramenta do Mapa LUPPA.

As cidades mentoras, conforme será detalhado no capítulo 4, são parceiras do projeto. Não são as cidades-alvo das atividades, mas participam de parte das atividades do **LUPPA**, e se comprometem a oferecer as mentorias a pequenos grupos de cidades que co-selecionam com a equipe do programa.

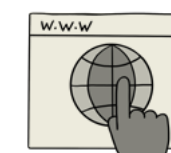
Dentro da Comunidade **LUPPA**, as cidades participantes que ingressaram na edição anterior e apresentaram renovação de compromisso também participam da jornada de aprendizagem do **LUPPA**, tanto do **LUPPA LAB** (presencial), quanto das reuniões de acompanhamento.

As 10 cidades que ingressaram na segunda edição, e que são objeto de análise neste capítulo, passaram ainda por entrevistas preparatórias e receberam mentorias na fase final do ciclo anual. As mentorias também foram oferecidas a parte das cidades da edição anterior que estiveram presentes no **LUPPA LAB** e não tiveram a oportunidade de receber mentoria na primeira edição.

A primeira e a segunda edições contaram com a participação

de 33 cidades, distribuídas por 18 Estados e 5 regiões e somam cerca de 10,9 milhões de habitantes, considerando o Censo do IBGE 2022. Aproximadamente 25% das cidades possuem população de até 100 mil habitantes, 56% entre 100 e 600 mil habitantes; 12% entre 600 mil e 1 milhão e apenas 6% possuem mais de 1 milhão de habitantes.

Todas estas cidades participam da plataforma LUPPA e acessam a área restrita do site; recebem boletim informativo do LUPPA; recebem convites para seminários online e podem preencher o diagnóstico LUPPA, que é a base para a ferramenta do Mapa LUPPA.



2.2. CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES NOVAS SELECIONADAS PARA A 2ª EDIÇÃO

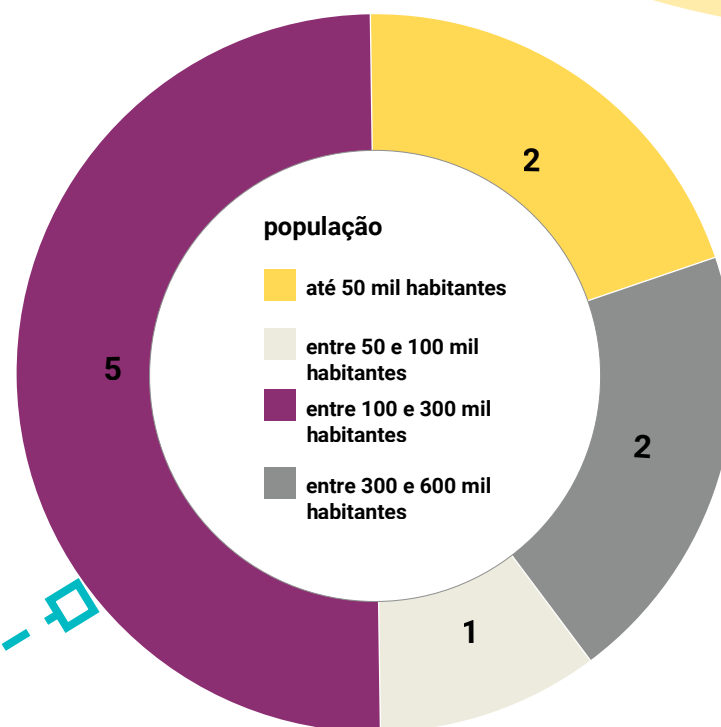
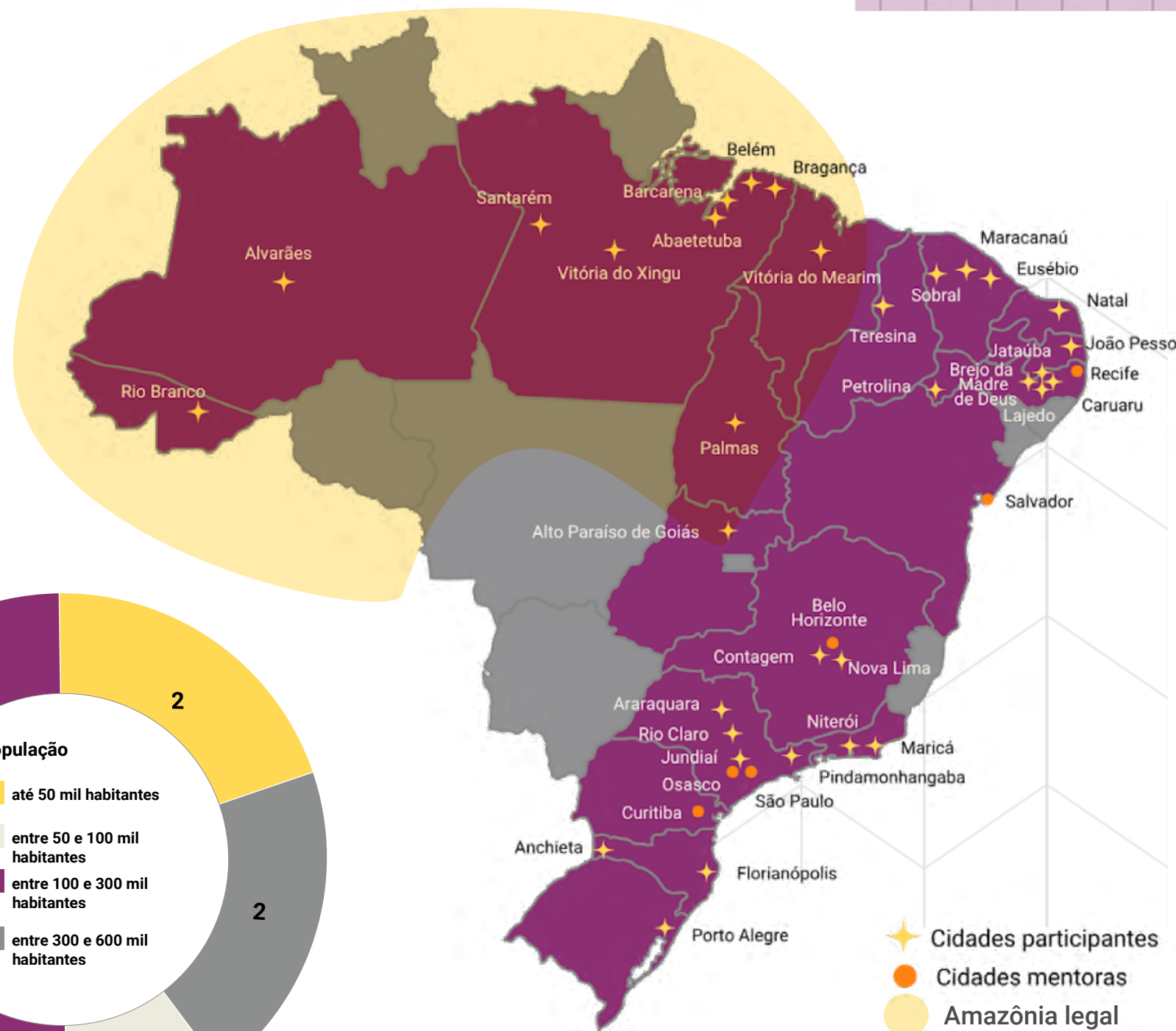
Localização e tamanho populacional



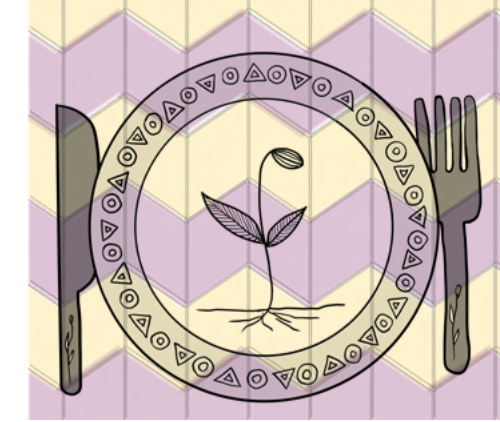
2

As cidades selecionadas para a segunda edição foram Abaetetuba (PA), Alto Paraíso de Goiás (GO), Barcarena (PA), Eusébio (CE), Jundiá (SP), Maricá (RJ), Nova Lima (MG), Palmas (TO), Pindamonhangaba (SP) e Vitória do Mearim (MA). As 10 cidades contempladas estão localizadas em 8 Estados e 5 Regiões, totalizando 1,6 milhão de habitantes, considerando o Censo do IBGE 2022.

Na região da Amazônia Legal - que abrange a região Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste encontram-se 4 cidades. Dentre as cidades da segunda edição, 2 estão na categoria de até 50 mil habitantes, 1 cidade com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, 5 cidades com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, e 2 cidades com população entre 300 mil e 600 mil habitantes.



Estrutura de governança das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional(SAN)



2

Considerando a estrutura de governança de SAN de cada município, assim como na primeira edição, foram apurados 6 fatores: (i) instalação de Conselho de SAN, (ii) instalação de CAISAN, (iii) existência de marco legal de SAN, (iv) adesão ao SISAN, (v) realização de Conferência de SAN nos últimos quatro anos, e (vi) elaboração de Plano de SAN.

Desde 2002, houve no Brasil um incentivo à instalação dos Conselhos de SAN, por isso, era de se esperar que houvesse uma proporção considerável de Conselhos instalados. No entanto, as demais estruturas foram nacionalmente desenhadas no âmbito da Lei Federal nº 11.346 de 2006, a

LOSAN nacional que, ao instituir o SISAN como um sistema de adesão voluntária, não obrigou a criação dessas estruturas em âmbitos estadual e municipal, mas as incentivou através da facilitação de acesso a recursos federais. Além disso, o levantamento que o então Ministério do Desenvolvimento Social realizava frequentemente até 2018 (Mapa SAN) apontava, em sua última edição, que menos de 1% dos municípios brasileiros haviam elaborado seus Planos de SAN.

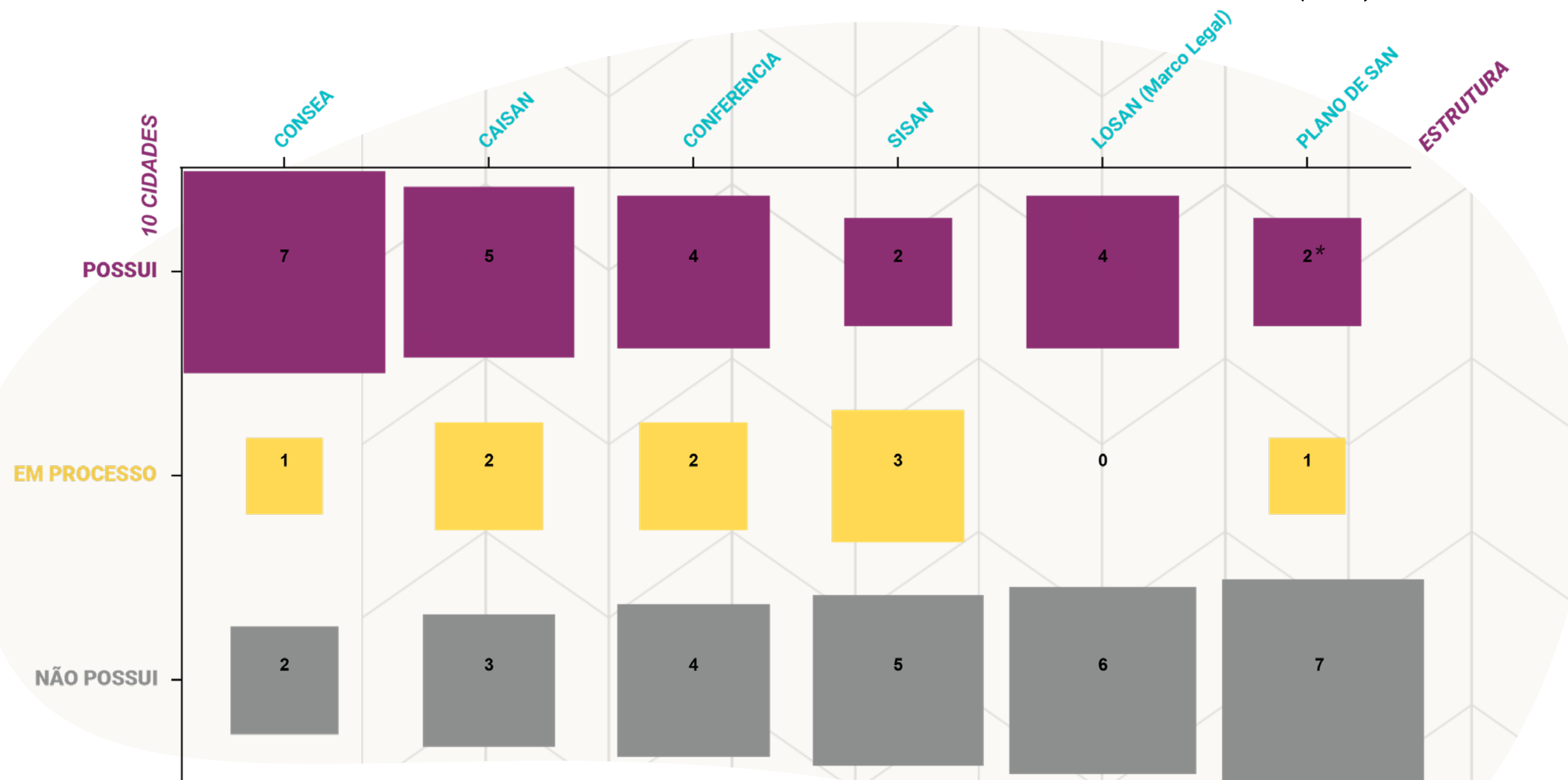
Foram apurados 6 fatores:

- 1▶ *instalação de Conselho de SAN*
- 2▶ *instalação de CAISAN*
- 3▶ *existência de marco legal de SAN*
- 4▶ *adesão ao SISAN*
- 5▶ *realização de Conferência de SAN nos últimos quatro anos, e*
- 6▶ *elaboração de Plano de SAN.*



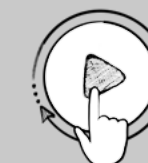
Constatações iniciais no que concerne à governança de SAN referentes às 10 cidades novas

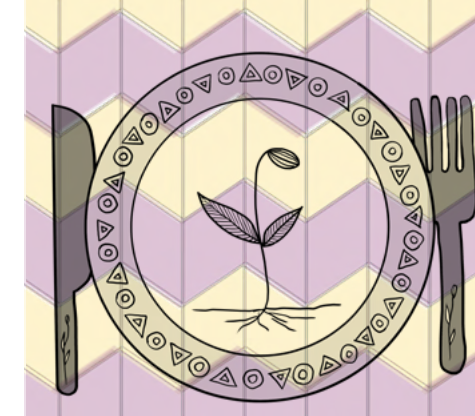
Estrutura de governança das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)



Em processo¹ = "Sim, mas inativo", "Sim, em processo adesão", "Sim, ultima há mais que 4 anos", "Plano em elaboração"

* Plano de SAN no Plano de Assistência Social





Setores da Administração Pública Municipal interessados na agenda de Sistemas Alimentares

O trabalho intersetorial é muito importante para o avanço das agendas alimentares urbanas. Por isso, cada cidade participante do **LUPPA** indica um mínimo de 2 pessoas para representarem a sua gestão, necessariamente oriundas de secretarias distintas. Essa é uma das condições para que qualquer cidade possa participar do **LUPPA**, como definido em edital de seleção que publicamos antes de cada edição. Os representantes participam tanto do **LUPPA LAB** quanto dos diversos encontros que fazemos com as cidades em formato virtual ao longo do **LUPPA**. Incentivamos que exista o maior número de participantes oriundos das diversas secretarias. Para além de fortalecer as políticas e ações da sua agenda alimentar, a intersetorialidade permite que colegas se encontrem, se ajudem e se fortaleçam no seu trabalho a serviço da população.

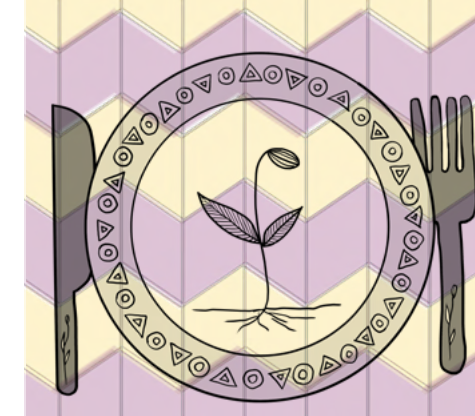
Setores da administração pública municipal interessados na agenda de sistemas alimentares



Dentre as setores representados nos novos participantes, é possível notar uma maior presença da secretarias que atuam nos seguimentos de Assistência Social, Desenvolvimento Econômico e Educação


No entanto, as representações das cidades incluem outras áreas



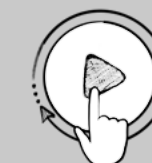


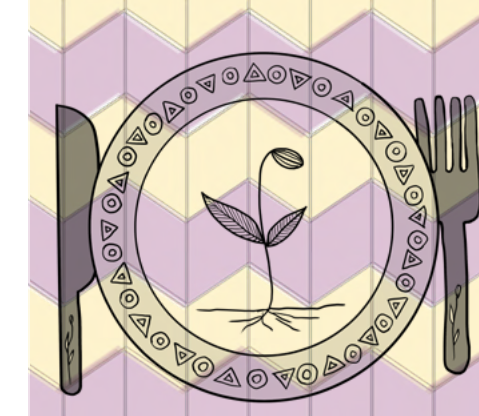
Programas de interesse na agenda de políticas alimentares

Para que as cidades compreendam os temas e ações de governo que estão dentro do espectro de políticas alimentares cobertas pelo **LUPPA**, o formulário de candidatura de cidades indica uma série de programas ou políticas. Dentre os quais, as cidades candidatas devem selecionar quais já estão sendo trabalhadas e quais gostariam de realizar ou fortalecer. Essa seleção serve também para que possamos identificar as principais “portas de entrada” para a grande temática de sistemas alimentares no grupo selecionado.

Por isso, ao se candidatarem, as cidades identificam, dentre uma **lista de 26**  **itens**, quais aqueles que correspondem a programas em que tinham interesse de implementar ou fortalecer no curto prazo.

- 1▶ *Compostagem de resíduos orgânicos;*
- 2▶ *Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana;*
- 3▶ *Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município;*
- 4▶ *Combate à perda e desperdício de alimentos;*
- 5▶ *Eventos gastronômicos para valorização de produtos locais;*
- 6▶ *Captação e armazenamento das águas de chuva;*
- 7▶ *Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha;*
- 8▶ *Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais;*
- 9▶ *Hortas escolares;*
- 10▶ *Hortas comunitárias;*
- 11▶ *Feiras de alimentos frescos de produção orgânica ou agroecológica;*
- 12▶ *Cozinhas comunitárias;*
- 13▶ *Coleta, reuso e reciclagem de resíduos sólidos;*
- 14▶ *Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar;*
- 15▶ *Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados;*
- 16▶ *Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais;*
- 17▶ *Banco de alimentos;*
- 18▶ *Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana;*
- 19▶ *Reuso de águas cinzas;*
- 20▶ *Feiras de alimentos frescos de produção convencional;*
- 21▶ *Feiras de produtores locais;*
- 22▶ *Assistência técnica aos produtores familiares do município;*
- 23▶ *Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas;*
- 24▶ *Restaurante popular;*
- 25▶ *Programa Renda Mínima;*
- 26▶ *Programa de Complementação Alimentar.*





Programas de interesse por ordem do número de menções

Os campeões de interesse foram **Compostagem de resíduos orgânicos, incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana, assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município e combate à perda e desperdício de alimentos.**

campeões de interesse

Compostagem



incentivo fiscal



assistência técnica



combate à perda edesperdício alimentos



Quando feita uma regionalização destes temas entre a Amazônia Legal e as demais regiões é possível identificar algumas diferenças. Dentre elas destaca-se o fato de que, na Amazônia Legal, os temas “cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha”, “hortas comunitárias”; e “feiras de alimentos frescos de produção orgânica ou agroecológica” estão em terceiro lugar no ranking de interesse, enquanto que para as demais ocupa uma posição bem inferior. Já os temas “banco de alimentos”, “banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana” e “reuso de

águas cinzas” são mais atrativos para as demais regiões do país, quando comparados ao interesse pelas cidades localizadas na Amazônia Legal.

No gráfico disponibilizado na próxima página é possível conferir, de forma detalhada, o mapa de calor para os 26 temas elencados no formulário de candidatura, tanto de forma consolidada quanto com recorte regional entre cidades da Amazônia Legal e demais regiões.

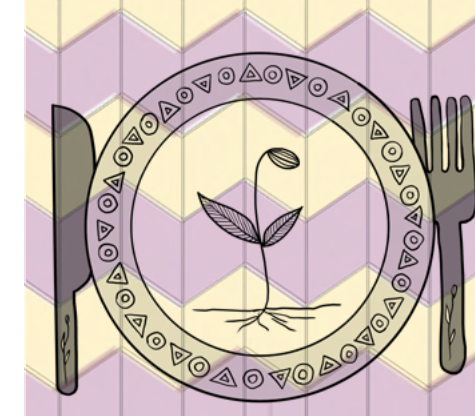


TEMAS



* Conforme indicado na candidatura / formulário de inscrição LUPPA (respostas em múltipla escolha)





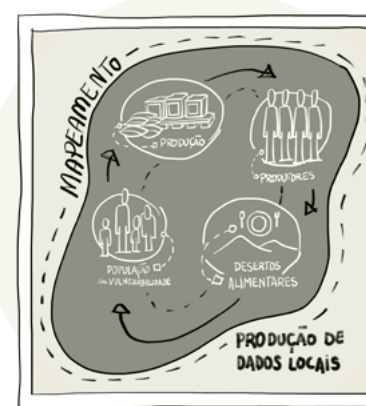
Macrotemas para trabalho no LUPPA 2a edição

Embora esses questionários preliminares dêem um norte de qual é ou quais são os interesses das cidades que ingressam no **LUPPA**, é a partir das entrevistas com cada equipe governamental das cidades selecionadas que podemos extrair quais são os desafios vislumbrados, e quais as oportunidades que as cidades enxergam pela frente. Assim, a partir de um amplo roteiro que conduz essas entrevistas, pudemos identificar alguns macrotemas de interesses, que nortearam os grupos de debate desenvolvidos no **LUPPA LAB**.

A partir desse mapeamento prévio de interesses, demandas e amadurecimento das políticas alimentares das cidades que compõem o grupo foi possível preparar, de forma customizada, o 2º laboratório do LUPPA.



1. Programas de hortas, agricultura urbana, agricultura local "agroecológica"



2. Mapeamentos de produção, produtores, população em vulnerabilidade, "desertos alimentares": produção de dados locais



3. Mulheres e juventude nas agriculturas



4. Governança das políticas de SAN



5. Compras públicas e poder de ação municipal



6. Desenvolvimento regional sustentável, preservação do meio ambiente e sociobiodiversidade, águas



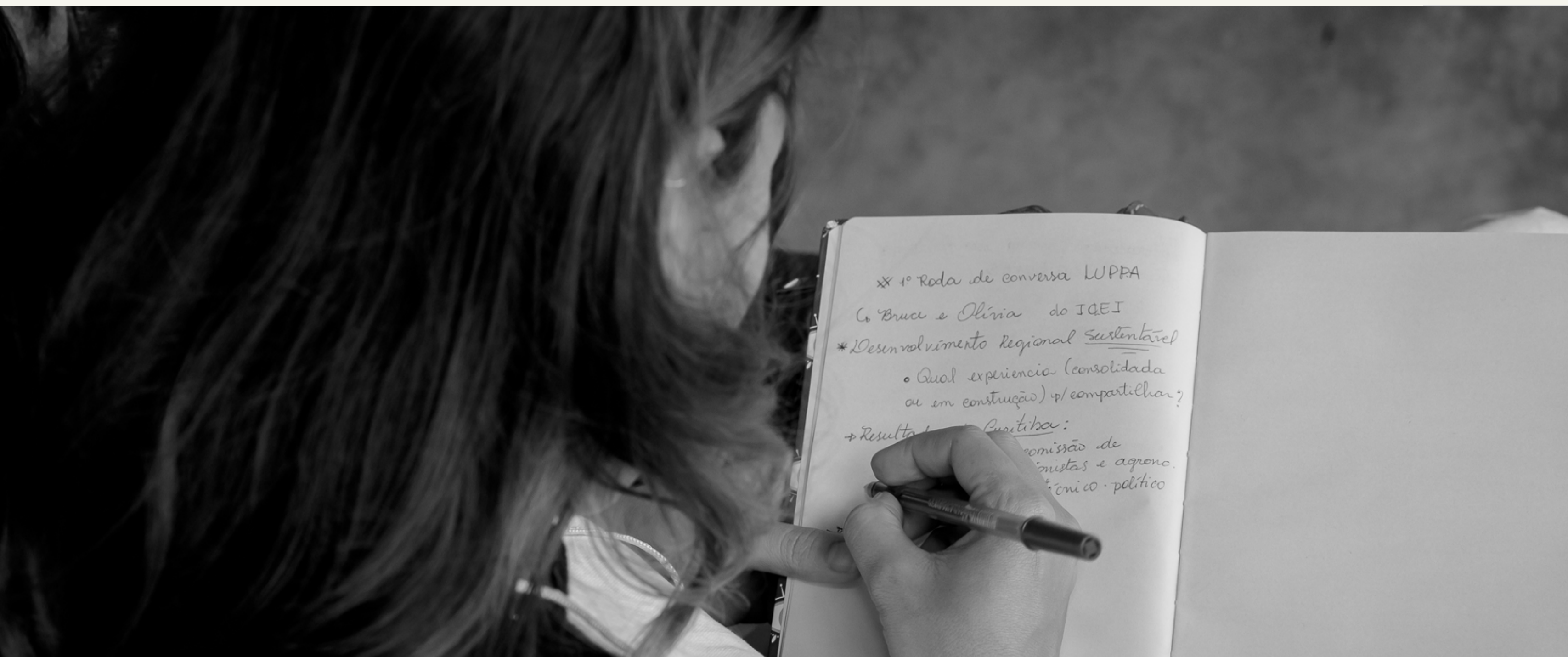
7. Ações de combate à fome



COMO FOI O NOSSO 2º LAB

3

CADERNOS
LUPPA



✖ 1º Roda de conversa LUPPA

↳ Bruci e Olívia do IQE I

* Desenvolvimento Regional Sustentável

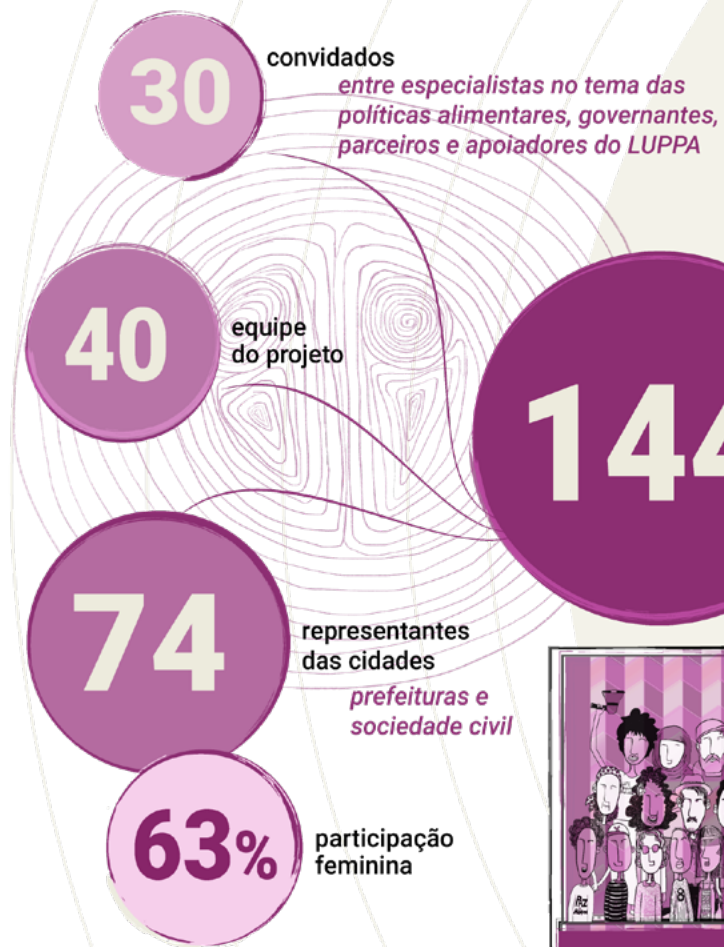
- Qual experiência (consolidada ou em construção) p/ compartilhar?

→ Resultados Positivos:

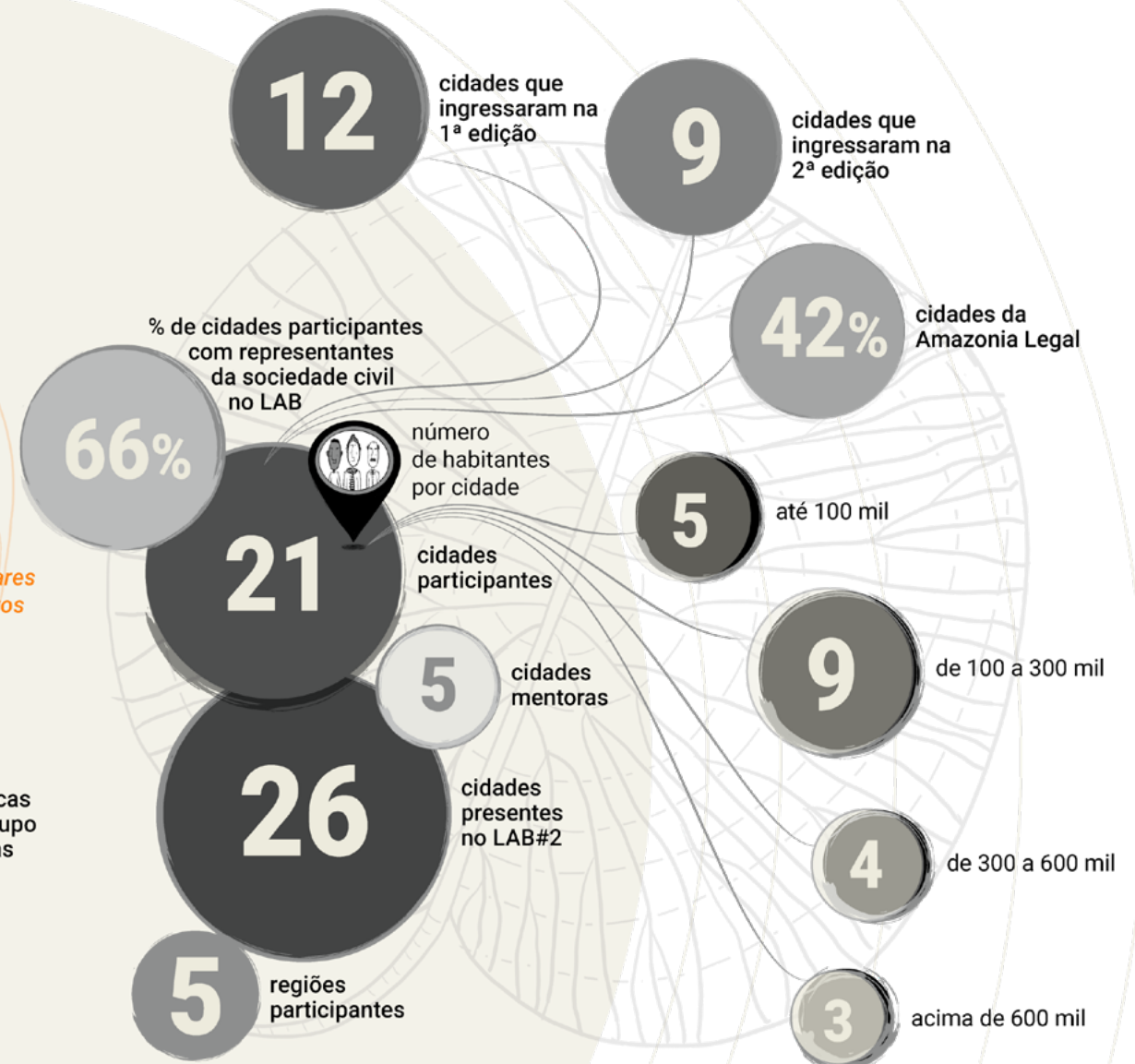
Comissão de
Economistas e agrônomo.
Técnico-político

LUPPA LAB #2 em números

Agricultura urbana e agroecologia
Mulheres e juventude
Compras públicas de alimentos
Desenvolvimento regional sustentável
Produção de dados locais
Combate à fome e toda forma de má nutrição
Governança das políticas de SAN



144 Pessoas presentes no LUPPA LAB #2



O LAB é um encontro imersivo em que as cidades mergulham numa jornada de aprendizado. Neste ciclo, foi sediado pela prefeitura de São Paulo e aconteceu entre os dias 01 e 03 de fevereiro de 2023



98% DE RETORNO POSITIVO!

Em pesquisa de satisfação realizada com os participantes, 98% afirmaram que os objetivos das oficinas foram alcançados!



3. COMO FOI O NOSSO 2º LAB

Entre os dias 01 e 03 de fevereiro de 2023 foi realizada de forma presencial a segunda edição do **LUPPA LAB**, sediada pela Prefeitura de São Paulo. Ao longo dos 3 dias do **LAB**, foram mais de 140 pessoas envolvidas em fazer este evento acontecer. Além dos representantes indicados pelas cidades, estiveram também presentes especialistas no tema das políticas alimentares, governantes, parceiros e apoiadores do **LUPPA**.

A equipe do projeto **LUPPA** responsável pela realização do encontro, reunindo colaboradores do **Instituto Comida do Amanhã**, do **ICLEI América do Sul**, da parceira

metodológica **Reos Partners**, e diversos voluntários, totalizou aproximadamente 40 pessoas.

Também estiveram presentes os representantes da maioria dos apoiadores do projeto: **Instituto Ibirapitanga**, **WWF Brasil**, **Mercy for Animals - Programa Alimentação Consciente Brasil**, **ACT Promoção da Saúde**, **Embrapa Alimentos e Território**, e **Fundação Tide Setubal**, assim como das organizações mentoras do projeto: **Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP - Universidade de São Paulo**; **GEPPAAS - Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente**

Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; **GEPAD - Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**; **IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor**; **Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável**; e **Instituto Regenera**.



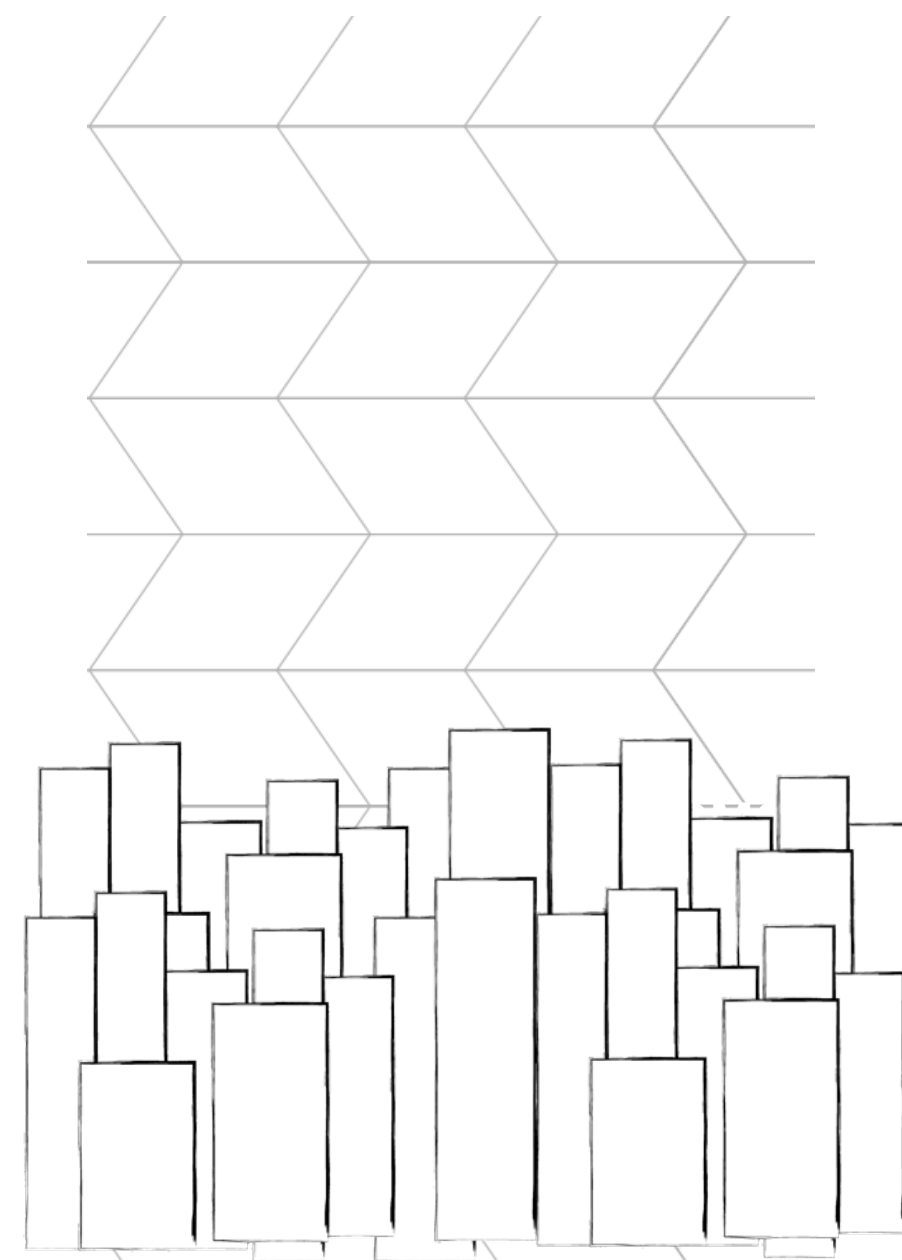


Ao todo, 26 cidades, das 5 regiões do país, estiveram presentes no **LAB**, com um total de 74 representantes, incluindo tanto representantes das prefeituras quanto da sociedade civil, por meio dos conselhos de controle social.

As cidades que estiveram presentes foram Abaetetuba - PA, Alto Paraíso de Goiás - GO, Alvarães - AM, Anchieta - SC, Araraquara - SP, Barcarena - PA, Belém - PA, Bragança - PA, Contagem - MG, Jundiá - SP, Maracanaú - CE, Maricá - RJ, Niterói - RJ, Nova Lima - MG, Palmas - TO, Pindamonhangaba - SP, Porto Alegre - RS, Rio Branco - AC, Santarém - PA, Sobral - CE e Vitória do Mearim - MA, além das 5 cidades

mentoras, Curitiba, Osasco, Recife, Salvador e São Paulo - a qual também sediou o evento.

A diversidade territorial das cidades presentes foi um grande destaque. As cidades amazônicas, com sua conjuntura bastante distinta do restante do Brasil, tiveram a possibilidade de dialogar e trocar experiências e desafios com os demais municípios. Além disso, 12 cidades participantes da primeira edição mantiveram seu compromisso com a comunidade **LUPPA** e retornaram para participar da segunda edição do **LAB**, somadas às cinco cidades mentoras: Curitiba, Recife, Salvador, Osasco e São Paulo.



Ao todo, 26 cidades, das 5 regiões do país, estiveram presentes no LAB





Esta edição contou também com a expressiva representação dos conselhos de controle sociais das cidades participantes: 66% dos municípios tiveram a participação de membros da sociedade civil em harmonia com representantes das prefeituras, cumprindo um dos principais objetivos do **LUPPA**, que é alavancar a construção de políticas públicas com participação social. Importante também valorizar que mais de 60% dos presentes eram mulheres, em sintonia com a expressiva participação do gênero feminino na transformação dos sistemas alimentares Brasil afora.

O **LAB** contou com uma jornada metodológica desenhada e conduzida pela equipe **LUPPA** com apoio da **Reos Partners**: foram 25 horas de imersão em atividades práticas, trabalhos em grupo e visitas técnicas.

Ao longo do encontro, também foi possível oferecer diversas “pílulas de inspiração”, por meio de vídeos curtos gravados especialmente para esta segunda edição do **LUPPA LAB**. Os entrevistados foram: Elisabetta Recine, docente e coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília; Cenaide Pastor Marques Lima, coordenador de acesso à políticas

públicas e mercados institucionais da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; Raquel Rolnik, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; Olomidê Lessa, coordenadora do FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e Cozinha Nylewá; e Edson Leite, criador e gestor da Gastronomia Periférica.

um dos principais objetivos do LUPPA, é alavancar a construção de políticas públicas com participação social



Durante o **LAB**, tivemos o prazer de contar com o apoio e saborear comidas preparadas pelo buffet Flor de Mandacaru, que tem à frente a jovem chef Urideia Andrade. Sua história na cozinha começou há alguns anos ao conhecer o projeto social **Gastromotiva**, do empreendedor social David Hertz. “O projeto me ensinou o caminho do asfalto, me encorajou e me transformou em cidadã”, afirma. A Gastromotiva é uma iniciativa global que conecta pessoas, projetos, empresas, universidades, agências internacionais, governos e a sociedade civil em torno do poder transformador da comida.

O cardápio de todo o **LAB** foi pensado com carinho, a partir de uma proposta sustentável e saudável, que combate o desperdício alimentar e

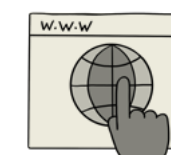
incentiva projetos de transformação social pela gastronomia, aliado a muito sabor. Com o objetivo de reduzir ao máximo a pegada ambiental do **LUPPA**, todos os descartáveis usados no evento eram compostáveis.

Todas as atividades em plenária foram transmitidas para os participantes do **LUPPA** remotamente. Em média, houve 10 participantes por dia acompanhando os trabalhos do **LAB** de forma remota.

Quanto às atividades imersivas, as mesmas foram agrupadas ao longo dos três dias do encontro, para garantir uma jornada de aprendizagem eficaz conforme veremos na página seguinte.

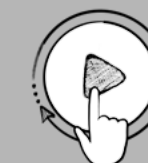


tivemos o prazer de contar com o apoio e saborear comidas preparadas pelo buffet Flor de Mandacaru, que tem à frente a jovem chef Urideia Andrade



LUPPA LAB	01.02	02.02	03.02
8H30	CHEGADA E CREDENCIAMENTO	JORNADA DA APRENDIZAGEM:	
9H00 (COFFEE ÀS 10H30)	SESSÃO DE ABERTURA E ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O LAB	VISITAS TÉCNICAS [SAÍDA DO LOCAL DO EVENTO, 3 DESTINOS DIVERSOS E SIMULTÂNEOS - GRUPO SE DIVIDE]	OFICINA: ROTA PARA APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS ALIMENTARES MUNICIPAIS E ENGAJAMENTO COM A AGENDA ALIMENTAR URBANA
	DINÂMICA DE CHEGADA E APRESENTAÇÕES DOS PARTICIPANTES		
	12:30 ALMOÇO	13:00 ALMOÇO	13:00 ALMOÇO
14H00 (COFFEE ÀS 15H30)	INTRODUÇÃO À DINÂMICA	PARTILHA DAS VISITAS	PARTILHA FINAL
	RODADA DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS	INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO DE SAN	ENCERRAMENTO (16H00)
	RODADA DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS + PARTILHA	+ DINÂMICAS DE MAPEAMENTO SISTÊMICO E PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS DE IMPACTO	
18H00	ENCERRAMENTO		

PROGRAMAÇÃO DO LUPPA LAB #2



3.1. PRIMEIRO DIA DO LAB

O evento iniciou-se com uma mesa de abertura conduzida por Juliana Tângari, coordenadora geral do **LUPPA** e diretora do **Instituto Comida do Amanhã**, e composta por Rodrigo Perpétuo, Secretário Executivo do **ICLEI América do Sul**, e os representantes da **Prefeitura de São Paulo** - cidade sede do evento - Sr. Carlos Fernandes, Secretário Executivo de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento da Secretaria Municipal das Subprefeituras, representando o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes; Sra. Ana Cristina Wanzeler, Secretária Adjunta de Relações Internacionais; Sr. Armando Junior, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; e Sra. Soninha

Francine, Secretária de Direitos Humanos e Cidadania.

Após as falas dos representantes de São Paulo, foi exibido um vídeo com mensagem do representante no Brasil da **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO**, Sr. Rafael Zavala, dedicado às cidades participantes no **LUPPA** e apontando a necessidade de unir esforços, encontrar mecanismos de coordenação conjunta e fortalecer as políticas públicas que ampliem o acesso aos alimentos saudáveis para combater Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN). Ressaltou ainda



a importância fundamental dos municípios na implementação de programas da SAN, com destaque para a alimentação escolar.





A segunda rodada da mesa de abertura contou com a participação da Sra. Patrícia Gentil, representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do **Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social**; o Sr. Paulo Ming, representante do **Ministério das Relações Exteriores**; a Sra. Noelia Barriuso, representante da **Delegação da União Europeia no Brasil**; e o Sr. Ivan José Canci, prefeito de Anchieta, cidade participante do **LUPPA**. E para finalizar a sessão de abertura, a fala de encerramento de Rodrigo Perpétuo.

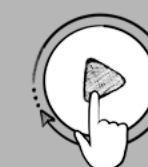
Na sequência, houve uma fala de inspiração do Sr. Gustavo Porpino, representando a **Embrapa Alimentos**

e **Territórios**, sobre a relevância de desenvolver a circularidade dos sistemas alimentares como forma de promover a transformação necessária para sua sustentabilidade.

Além da abertura do evento, os presentes participaram de uma rodada de apresentação em que, cidade a cidade, os respectivos representantes se apresentavam e ofereciam um objeto que identificasse o sistema alimentar de sua cidade.

Na sequência, em oficina conduzida pela **Reos Partners**, todos receberam orientações sobre os fundamentos da “colaboração estendida” e orientações para o bom

aproveitamento do **LAB**. Na parte da tarde, todos participaram de uma rica dinâmica de troca de experiências.



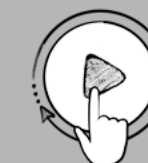
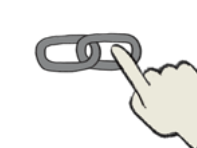


Os participantes foram divididos em 7 grupos temáticos, de acordo com os macrotemas levantados a partir das entrevistas conduzidas com as cidades ingressantes na segunda edição, durante o mês de setembro de 2022, e convidados a refletir sobre a seguinte pergunta: “Qual a experiência - consolidada ou em construção - sobre o tema do seu grupo você gostaria de compartilhar?”.

Os temas de interesse identificados pela curadoria do LAB, conforme descrito no [capítulo 2](#), foram:

- 1 ▶ agricultura urbana e agroecologia
- 2 ▶ produção de dados locais
- 3 ▶ combate à fome e toda forma de má nutrição
- 4 ▶ desenvolvimento regional e sustentável
- 5 ▶ mulheres e juventudes
- 6 ▶ governança das políticas de SAN
- 7 ▶ compras públicas e poder de ação municipal

Esta dinâmica contou também com a participação de convidados especiais em cada grupo - especialistas das organizações mentoras do LUPPA presentes no encontro, trazendo a possibilidade de uma reflexão maior sobre os temas discutidos nos grupos e também com o intuito de esclarecer dúvidas.



"TODAS SÃO EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS
QUE FAZEM REPENSAR NOSSA PRÁTICA"

"AQUILO QUE A GENTE ACHA QUE
É POUCO, É BOM, E É GRANDE TAMBÉM"

"AS POLÍTICAS PÚBLICAS
SÃO FALADAS, MAS PRECISAMOS
FICAR DE OLHO SE ESTÃO
ACONTECENDO"

QUEM TEM FOME TEM PRESSA

"ESTAMOS AQUI POR ISSO:
TROCAR EXPERIÊNCIAS BOAS"

"CHEGUEI DE UMA FORMA
E ESTOU SAINDO DE OUTRA
COM O CORAÇÃO TRANSBORDANDO"

"A TROCA DE EXPERIÊNCIA
FOI FANTÁSTICA PARA MIM,

"NECESSIDADE DA POLÍTICA DE SAN
VIRAR UMA POLÍTICA DE ESTADO E
NÃO POLÍTICA DE GOVERNO"

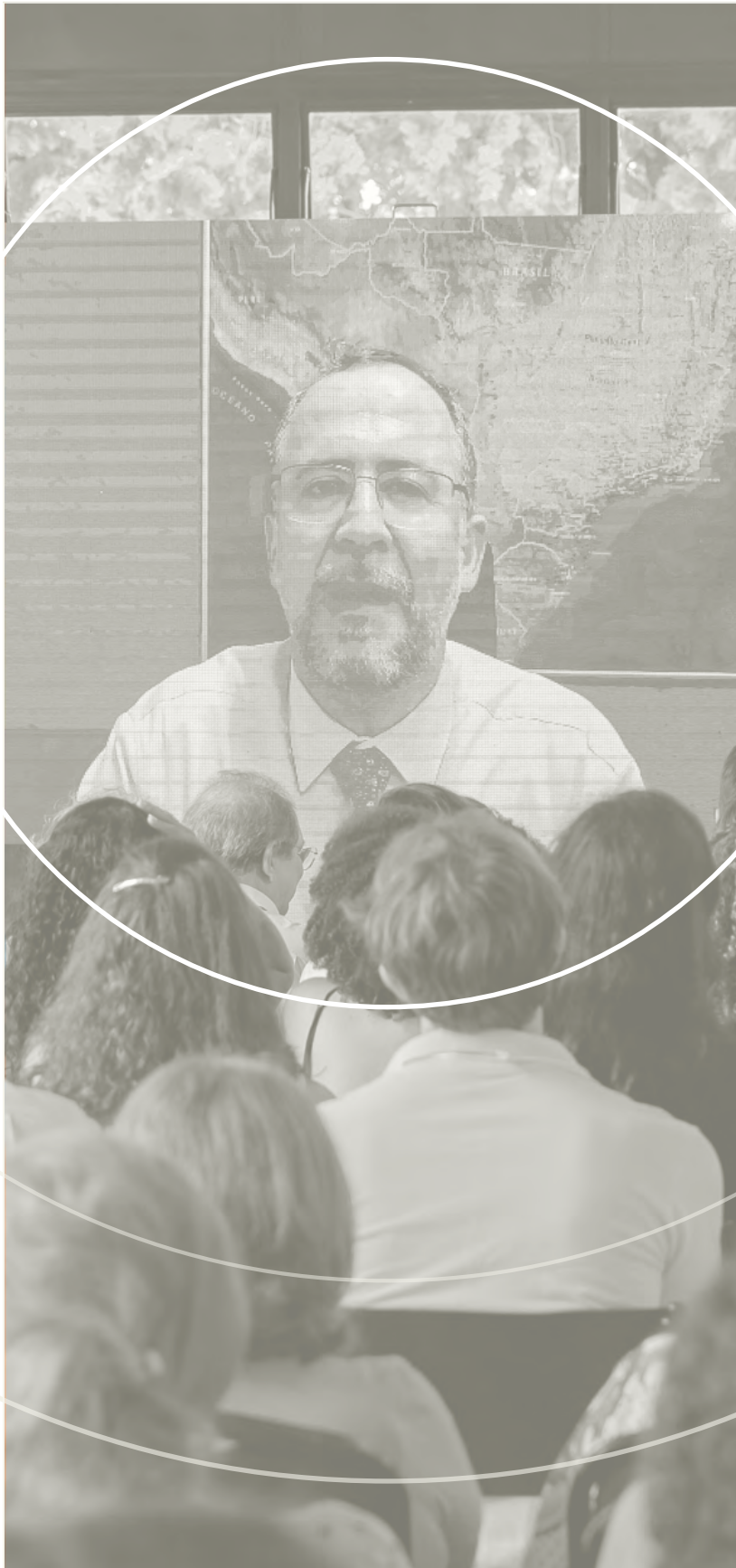
"Todas as trocas trazem muitas reflexões para vermos o que está dando certo, ver o que estamos fazendo de bom e de ruim. E acho que estão aparecendo muitos desafios e os desafios implicam no medo e como gestores e sociedade civil só temos duas opções: ou recuar ao medo ou enfrentar. E é muito inspirador ver que muitas experiências estão dando certo"

DEPOIMENTOS

"Tiramos bastante ideias para podermos elaborar no nosso município"

"aprendi muito, deixei algumas mensagens, já troquei cartões e contatos"





CADERNOS
LUPPA
LUPPA EM IMAGENS primeiro dia



3.2. SEGUNDO DIA DO LAB

Na manhã do segundo dia, foram organizadas três visitas técnicas simultâneas pela cidade, oferecidas pela **Prefeitura de São Paulo**, com o intuito de conhecer práticas e equipamentos públicos de referência.

O primeiro roteiro, com tema central o combate ao desperdício, teve como pontos visitados o **Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN)**, na Vila Maria (Zona Norte do município), e uma feira municipal participante do Programa Combate ao Desperdício.

Já o segundo roteiro teve como mote central gênero, agricultura urbana e educação nutricional, com

visita à estrutura do **Viveiro Escola Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana)**, na Zona Leste do município, e **Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN)**, localizado na mesma região.

Finalmente, as experiências visitadas no terceiro roteiro foram duas hortas urbanas sobre linhões de energia - **Horta da Sebastiana** e **Horta Avaí** - e o **Pátio de Compostagem de São Mateus**, iniciativas localizadas também na Zona Leste de São Paulo.

Ao retornarem ao local do **LAB**, os participantes puderam compartilhar, numa rica roda de colheita, as experiências e impressões

das visitas realizadas durante a manhã.

Na parte da tarde, a principal atividade foi a oficina e o exercício de mapeamento sistêmico, em que os participantes aprenderam a trabalhar com conceitos de “estruturas” e “modelos mentais”, para identificarem as causas raízes dos desafios que enfrentam nos sistemas alimentares de suas cidades.





Antes de iniciar a dinâmica, os participantes foram apresentados aos conceitos e pilares do projeto **LUPPA**, e à orientação metodológica que define o **LAB**, a partir da lógica de sistemas complexos e necessidade de priorização, planejamento e governança inclusiva para moldar políticas públicas eficazes e legítimas para os sistemas alimentares locais.

A dinâmica então se iniciou em cada grupo de debate, conduzida pelo seguinte questionamento: identifique 1 estrutura e 1 modelo mental que, na sua opinião pessoal:

- 1 ▶ mantêm ou pioram a situação atual do sistema alimentar do seu município
- 2 ▶ contribuem para a melhoria ou transformação do sistema alimentar, para que seja mais justo, saudável e sustentável.

A partir das respostas dos participantes, cada grupo selecionou 3 estruturas e 2 modelos mentais que mantêm ou pioram a situação atual dos sistemas alimentares municipais, e 3 estruturas e 2 modelos mentais que contribuem para a melhoria ou transformação dos sistemas alimentares municipais.

A partir das respostas, foi montado um grande mapa de ideias. Os grupos agruparam as ideias em categorias e, posteriormente, elencaram as iniciativas prioritárias para alavancar a transformação dos sistemas alimentares municipais.

O resultado do dia foi o apontamento das seguintes categorias críticas prioritárias para avançar os sistemas alimentares municipais, especialmente as políticas para promover saúde, justiça e sustentabilidade nos sistemas alimentares municipais:

- **Governança;**
- **Recursos;**
- **Colaboração;**
- **Marcos legais;**
- **Políticas alimentares;**
- **Modelos Produtivos;**
- **Agenda política.**



"ELAS FIZERAM UM JARDIM BOTÂNICO
AO LADO DA LINHA DO TREM"

"COM CERTEZA VAMOS TODOS
SAIR TRANSFORMADOS"

"JÁ ESVAZIEI A MENTE
VOLTO FELIZ"

"QUANDO A GENTE É SOZINHO NINGUÉM
NOS PERCEBE, MAS QUANDO ESTAMOS
EM ASSOCIAÇÃO É DIFERENTE..."

"O POPULAR É MAIS QUE POPULAR
ELE É A ORIGEM"

DEPOIMENTOS

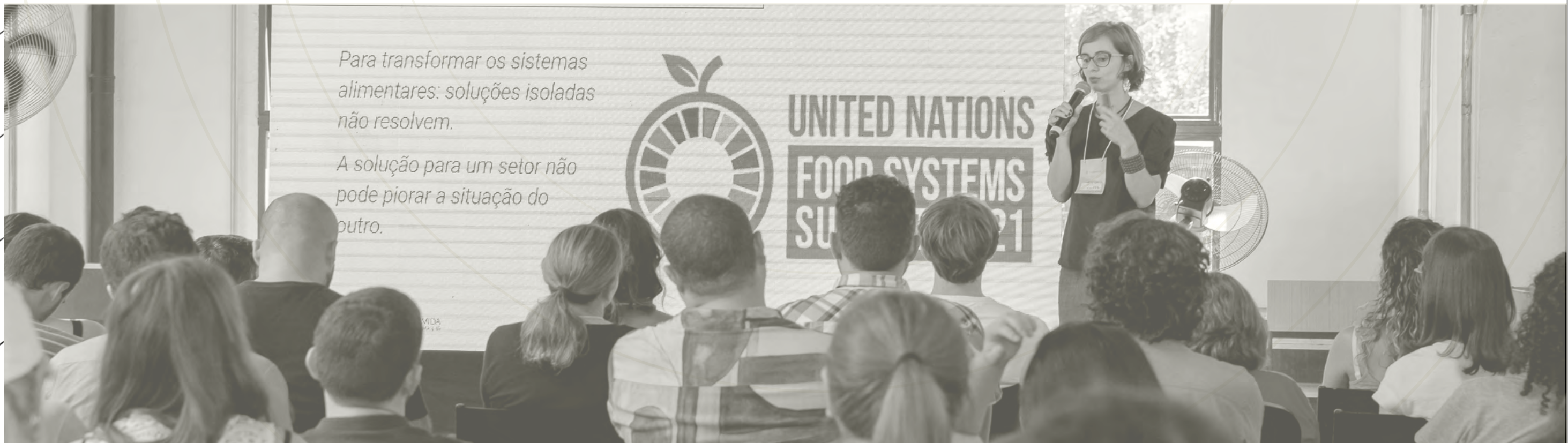
"UMA BANDEJA DE LIMÃO A DOIS REAIS!"

"NÃO IMAGINAVA TER UMA
ÁREA VERDE EM SÃO PAULO"

"NADA MELHOR QUE VOLTAR
MINHAS RAIZES PARA A
AGRICULTURA"

"EU FIZ E DEU CERTO
É POSSÍVEL, BASTA QUERER"





3.3. TERCEIRO DIA DO LAB

Finalmente, o último dia iniciou-se por um painel de entrevistas, conduzido por Elizabeth Moura, Coordenadora de desenvolvimento circular do **ICLEI América do Sul**, com os representantes das cidades mentoras da segunda edição do **LUPPA** - Curitiba, Osasco, Recife, Salvador e São Paulo. Foram abordados os pontos de destaque indicativos do avanço da agenda de sistemas alimentares nesses municípios e a expectativa de cada cidade para a parceria com o projeto. Na sequência, exibiu-se um vídeo mensagem da representante da cidade de Belo Horizonte, Darklane Rodrigues Dias, Subsecretaria de SAN, cidade mentora da primeira edição do **LUPPA**.

Seguiu-se então a última e mais complexa dinâmica do **LAB**: um jogo coletivo para promover o exercício de construção do **Projeto Âncora** das cidades. O jogo consistia em convidar, em cada grupo, que os participante fossem “consultores” para ajudar uma cidade (hipotética ou uma das cidades presentes no grupo, selecionada pelos membros) a solucionar um desafio em política alimentar, a partir de um canva baseado nos pontos principais da referida ferramenta do **Projeto Âncora**.

A pessoa entrevistada podia dar as respostas com base na situação real de seu município ou inventá-las. Feita a seleção da pessoa

entrevistada, orientou-se a que ela refletisse e definisse um desafio local para ser o objeto do **Projeto Âncora**. Orientou-se que essa escolha do desafio local levasse em consideração tudo o que foi trazido na dinâmica de priorização e mapeamento sistêmico realizado no dia anterior. A pergunta condutora foi:

Qual o desafio que uma vez bem endereçado pode trazer o maior impacto de mudança?



Os grupos trabalharam coletivamente para completar os respectivos quadros-modelo com as respostas e assim montarem seus projetos. Ao final da dinâmica, cada grupo foi convidado a realizar uma reflexão coletiva sobre os desafios e o aprendizado provocado pela vivência do exercício.

Como resultado final, 7 esquemas de **Projeto Âncora** foram preenchidos e cada grupo pôde partilhar com a totalidade dos participantes o desafio selecionado, o processo do jogo e a sua experiência com mais esse exercício.

O evento encerrou-se com uma grande roda de celebração e depoimentos do impacto gerado por esses dias de imersão e das expectativas dos trabalhos a serem desenvolvidos a seguir em cada cidade participante.



"A FORMA COMO A DINÂMICA FOI CONDUZIDA PERMITIU QUE NOSSO ENTROSAMENTO FOSSE BEM MELHOR,

"APRENDIZADO: CHUVA DE IDEIAS VAI TER QUE SER FEITA COM OS ATORES NO MUNICÍPIO

"A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA SEM JULGAMENTO E DA POSSIBILIDADE DE FALA DO OUTRO E, JUNTO A FLEXIBILIDADE"

"ESTE EXERCÍCIO, COM ESTA FERRAMENTA METODOLÓGICA FOI IMPORTANTE

"COM ESTE MODELO A GENTE CONSEGUE PLANEJAR O QUE A GENTE QUER"

"PARA QUEM VEIO DE TÃO LONGE PARA CHEGAR AQUI, JÁ NÃO EXISTEM MAIS ESTE DESAFIO"

"DESAFIO: PENSAR EM CONJUNTO QUE É TÃO COMPLEXO

"COM O PROJETO ÂNCORA CONSEGUIMOS ENTENDER QUE O PLANO DE SAN É FEITO A VÁRIAS MÃOS"

"CONSEGUE VISUALIZAR TODOS OS PROBLEMAS E COMPLEXIDADE QUE EXISTE POR TRÁS DE UM PROBLEMA DE SAN QUE ENVOLVE TODA UMA INTERSETORIALIDADE"



DEPOIMENTOS





CADERNOS LUPPA EM IMAGENS terceiro dia



3.4. EM SÍNTESE

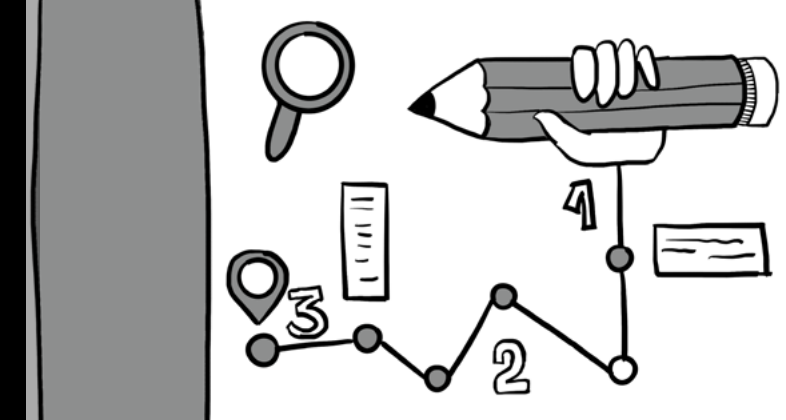
Durante o **LAB**, gestoras e gestores, técnicos e técnicas, conselheiros e conselheiras presentes compartilharam seus desafios, suas trajetórias e seus casos de sucesso, e escutaram dos demais as soluções que outras cidades encontraram para desafios que são muitas vezes comuns. Inspiração que gera aprendizagem. Os representantes de Conselhos de controle social somaram suas vozes a esse processo de identificar desafios e estabelecer prioridades. Dessa forma, foi possível ampliar bastante o conhecimento de todas e todos sobre agendas específicas dos sistemas alimentares urbanos (como agricultura urbana, alimentação escolar, sistemas circulares, etc).

Todos os participantes foram convidados a avaliar o encontro, sendo que 85% preencheu o formulário de avaliação, dos quais 98% disseram que os objetivos das oficinas foram alcançados.

O **LAB** presencial conseguiu transmitir as mensagens planejadas aos participantes e cidades presentes. As cidades saíram deste encontro com a noção da relevância da construção compartilhada da pauta de sistemas alimentares nos municípios, com participação social, engajamento, intersetorialidade e uma governança mais ampla e inclusiva.



3.5. CONTINUIDADE DOS TRABALHOS



Com todo o conhecimento e as inspirações proporcionadas pela participação no **LUPPA LAB**, é hora de as cidades identificarem e proporem uma ação, projeto ou iniciativa inovadora relacionado aos sistemas alimentares em cada município, que possa ser executado até o final do ciclo do **LUPPA** e que terá maior impacto na transformação do sistema alimentar da cidade.

Para tal, foi disponibilizada uma ferramenta desenvolvida pelo **LUPPA**, o **Projeto Âncora**¹. Sugerimos que todos os envolvidos pensassem sobre quais setores da administração pública e atores interessados deveriam estar envolvidos neste projeto, além de recomendar

que todas as cidades considerassem o envolvimento do Conselho de controle social afim à área de ação dessa proposta, e que a mesma seja apenas o primeiro passo para a construção (ou revisão, conforme o caso) do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade. A proposta é identificar e propor uma ação (nova ou já existente), projeto ou iniciativa inovadora relacionado aos sistemas alimentares em cada município, que possa ser executada até o final do ciclo do **LUPPA**, e que terá **maior impacto**² na transformação do sistema alimentar da cidade.

As cidades desenvolveram seus **Projetos Âncora**, cada qual com sua especificidade e com o desejo de enfrentar algum desafio do sistema alimentar municipal.

1. Essa ferramenta foi adaptada de uma ferramenta co-formulada pelo **ICLEI** no âmbito do projeto **IFWEN/SUGI-Nexus**. A partir desse insumo, aportes e conceitos foram trazidos pela parceira **Reos Partners** e pela equipe **LUPPA** (**Instituto Comida do Amanhã** e **ICLEI**) de acordo com os objetivos do **LUPPA** e as dinâmicas realizadas com os participantes.

2. Por grande impacto, nos referimos aos resultados daquela ação que, como o movimento de uma mão que controla uma pipa, pode ser sutil, mas o importante é que revolva estruturas e modelos mentais que impulsionam o desenvolvimento e a transformação sistêmica.

Nas próximas páginas, estão descritos o foco dos projetos âncora apresentados.





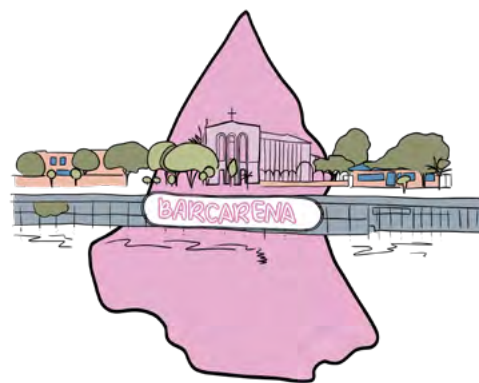
ABAETETUBA

Construção de um Plano de Ação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de diagnósticos e levantamentos de dados, além da implementação e monitoramento do Plano de SAN.



ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Fortalecimento do abastecimento público/municipal com foco na Agricultura Familiar local.



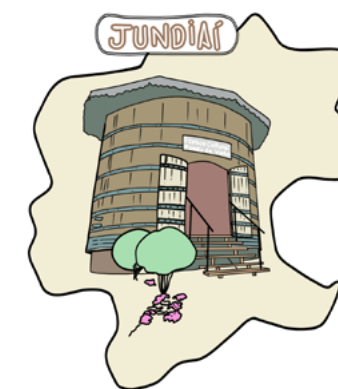
BARCARENA

Construção de um equipamento multifuncional - Banco de Alimentos com Cozinha Comunitária e Restaurante Popular.



BRAGANÇA

Reativação da CAISAN, diagnóstico da situação de SAN no município, realização de uma conferência de SAN, para posteriormente elaborar e publicar o Plano Municipal de SAN.



JUNDIAÍ

Realização de diagnóstico atualizado de SAN, garantia da centralidade da pauta de SAN na agenda municipal com abordagem intersetorial e elaboração de um Plano de SAN.





MARICÁ

Construção, a partir de experiências concretas, de uma política de compostagem ampla, envolvendo todos os cidadãos.



NOVA LIMA

Implantação e organização da estrutura de controle social, com o intuito de trazer efetivamente a sociedade civil para a discussão da pauta de SAN no município.



PINDAMONHANGABA

Mapeamento da SAN no município, instalação do Conselho de SAN e realização da Conferência de SAN. O município busca ainda a integração das secretarias municipais para melhorar a compreensão dos dados e da realidade local, permitindo um melhor endereçamento das ações do governo municipal.



SALVADOR

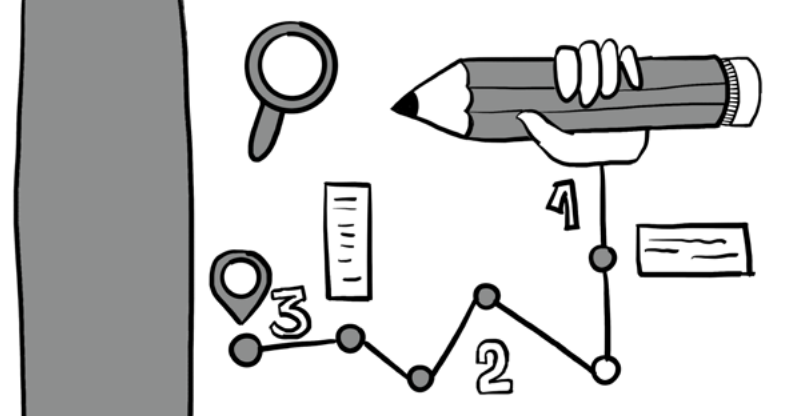
Implantação e expansão do Projeto Hortas Urbanas Comunitárias com vistas a geração de renda e melhor acesso à alimentação saudável em comunidades vulneráveis por meio do comércio local justo. A prefeitura irá atuar na estruturação de cadeias de comercialização, qualificação de mão-de-obra e construção de marcos legais.



SANTARÉM

Oferecimento de apoio à mecanização e assistência técnica aos pequenos produtores a fim de melhorar áreas antropizadas, contribuindo para otimizar a produção e a produtividade, evitando o êxodo rural e aumentando a produtividade dos pequenos agricultores do município.





Todos os projetos receberam orientações da equipe **LUPPA** e seguiram para a fase de revisão. Durante a análise dos projetos, foi muito importante destacar a dedicação com que as equipes avaliaram os desafios de suas cidades, e o crescente reconhecimento dos pilares do **LUPPA** nesses projetos: participação social, planejamento com integração de agendas e governança adequada.

No dia 05 de abril, as cidades participantes da **2ª Edição do LUPPA** se reuniram na segunda oficina virtual de acompanhamento, que acontece a cada dois meses, e puderam compartilhar seus **Projetos Âncora**, desenvolvidos a partir das atividades do **LAB**. Durante a oficina,

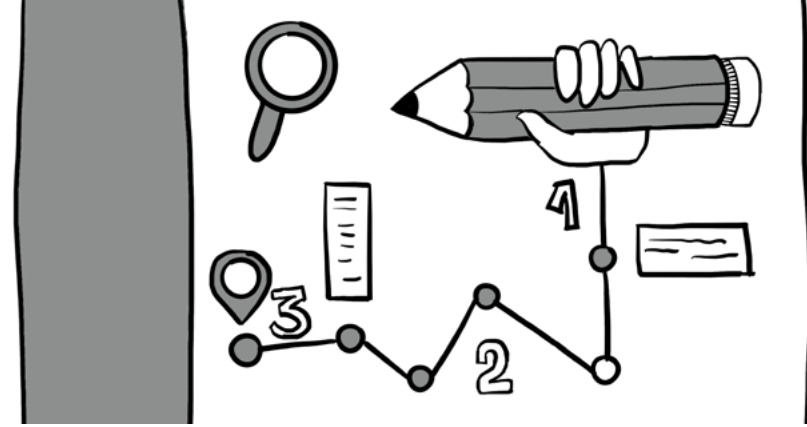
foram apresentados os projetos desenvolvidos por 9 cidades: Abaetetuba, Alto Paraíso de Goiás, Barcarena, Bragança, Jundiaí, Maricá, Nova Lima, Pindamonhangaba e Santarém. Nesta oficina, foram apresentados os desafios elencados por cada cidade para serem endereçados em seus projetos, e quais ações ou abordagens que seriam realizadas cronologicamente para alcançarem os objetivos que cada cidade destacou.

Durante a oficina, também foi realizada uma colheita de impressões para reflexão sobre o processo de utilização da ferramenta do **Projeto Âncora**, a concretude que teve na realidade de sua cidade, e ainda a perspectiva de assistir a apresentação dos projetos das demais cidades e identificar

sinergias com projetos de cidades distintas. Dentre as falas foi possível identificar que, embora pensar os sistemas alimentares de forma holística possa parecer muito trabalhoso, o **Projeto Âncora** enquanto ferramenta para tal é muito útil e apropriado. Um dos destaques foi que a ferramenta que auxilia na escolha das prioridades e da condução das ações em cada etapa que o município tem a percorrer para trabalhar com os principais desafios dos seus sistemas alimentares.

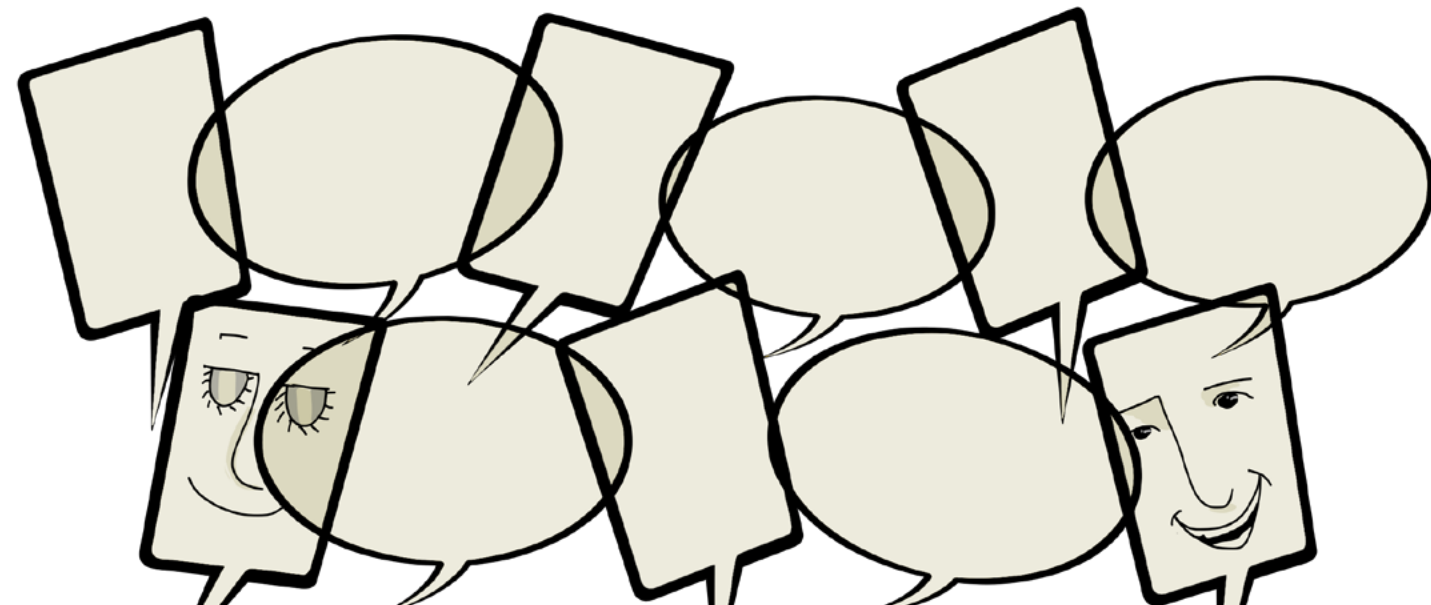
Já no dia 07 de junho houve a terceira oficina virtual de





acompanhamento. O dia foi repleto de falas e pessoas inspiradoras, começando com Isis Leite Ferreira, Gerente de Projetos da Coordenação-Geral de Articulação Federativa do SISAN do **Ministério do Desenvolvimento Social**, com o tema do restabelecimento do SISAN, a importância da adesão municipal e o papel dos municípios no Sistema. Posteriormente, Maíra Colares, Senior Fellow do **ICLEI América do Sul**, trouxe reflexões

acerca do seguinte questionamento: Como trazer a pauta da Segurança Alimentar e Nutricional como eixo prioritário nos governos municipais? Além disso, Marília Sobral Albieiro, Coordenadora do Projeto de Alimentação Saudável da **ACT Promoção da Saúde**, falou sobre estratégias de advocacy em Saúde e Alimentação. Como sempre, aconteceu um momento de dinâmica de grupos, com a partilha de experiências dos municípios e finalmente uma linda colheita do dia.



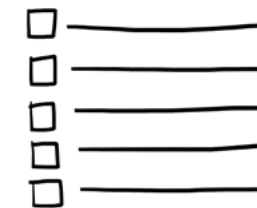
AS MENTORIAS 4 DA 2ª EDIÇÃO

CADERNOS
LUPPA



4. AS MENTORIAS DA 2ª EDIÇÃO

EDITAL



4

CADERNOS
LUPPA
MENTORIAS

Cidades mentoras são cidades que já avançaram em suas políticas para sistemas alimentares, amadureceram e evoluíram seus planejamentos de segurança alimentar e nutricional. Por isso, podem contribuir com sua expertise e experiência acumuladas para as cidades participantes. São cidades parceiras do programa **LUPPA**, responsáveis por organizar e fornecer uma mentoria que acontece na segunda fase de cada ciclo do **LUPPA**, na qual um grupo de cidades é selecionado para trabalhar com cada cidade mentora. As cidades mentoras da primeira edição foram Belo Horizonte,

Curitiba e Recife. Na segunda edição, somaram-se a Curitiba e Recife, que renovaram sua parceria com o projeto, as cidades de Osasco, Salvador e São Paulo. Estas cidades atendem a uma série de critérios e também se comprometem a realizar a mentoria de acordo com Edital de Seleção de Cidades e Instituições Mentoradas para segunda edição.

As mentorias são realizadas por meio de 5 oficinas virtuais, de aproximadamente 2 horas cada, e são iniciadas após a realização do **LAB**. O primeiro encontro da mentoria é

utilizado como uma reunião de apresentação e alinhamento.

A metodologia da mentoria busca construir um espaço de aprendizagem entre gestores de governos municipais e demais atores dos sistemas alimentares urbanos. A mentoria configura-se em uma cooperação técnica onde esse conhecimento pode ser bem mais absorvido e uma troca mais aprofundada pode acontecer entre cidades mentoras e cidades mentoradas. A partilha, tanto dos casos



de sucesso quanto dos desafios enfrentados, torna possível estabelecer um ambiente de aprendizado para além do teórico, com quem aprendeu na prática. São nessas oficinas que os participantes têm acesso às trocas mais específicas e profundas, sobre processos, estratégias de advocacy, formas de institucionalização, formas de operacionalização de planejamento e adequações orçamentárias.

Nesta segunda edição, as mentorias estão divididas em grupos, selecionados de acordo com os interesses das cidades e as capacidades ou expertises das mentoras, e levando também em consideração o necessário equilíbrio entre homogeneidade e diversidade na formação de cada grupo.





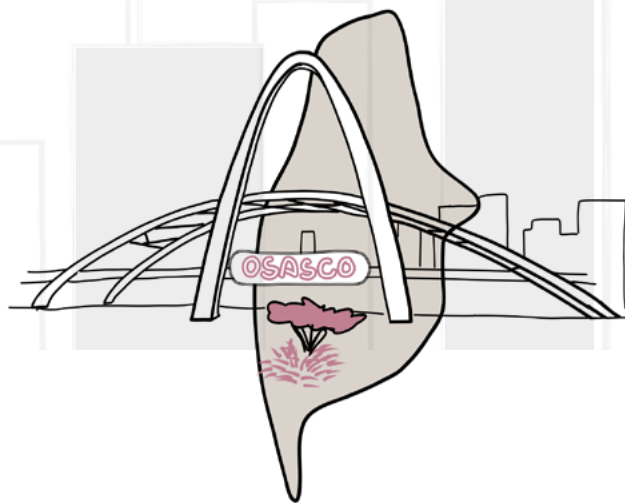
4.2. RECIFE

Recife é a cidade mentora de Alvarães (AM), Pindamonhangaba (SP) e Vitória do Mearim (MA). Os responsáveis do município pela mentoria estão alocados na Secretaria Executiva de Agricultura Urbana e na Unidade de Segurança Alimentar e Nutricional. Os temas escolhidos para serem trabalhados ao longo dos encontros foram: Elaboração e Desenvolvimento de Diagnóstico; Sistemas de Governança; Construção e planejamento de Plano de agroecologia; e Agroecologia como instrumento pedagógico.



4.1. CURITIBA

Curitiba é a cidade mentora de Abaetetuba, Barcarena e Belém, todas no Pará. Os responsáveis do município pela mentoria estão alocados na Secretaria Municipal de SAN. Os temas trabalhados nas oficinas de mentoria foram: Apresentação da Execução da Política de SAN de Curitiba pela SMSAN; Abastecimento e combate ao desperdício de alimentos: feiras, mercados e sacolões; Agriculturas: Agricultura Urbana e Programa de Desenvolvimento Agroalimentar da Região Metropolitana de Curitiba (PRODAM); SAN e acesso a refeições: modelos de restaurantes populares, cozinhas solidárias e banco de alimentos; e Planejamento municipal de SAN.



4.3. OSASCO

Osasco é a cidade mentora de Araraquara (SP), Bragança (PA) e Palmas (TO). Os temas escolhidos para serem discutidos ao longo dos encontros são bastante semelhantes ao de Recife: Elaboração e Desenvolvimento de Diagnóstico; Construção e planejamento do Plano de SAN; Sistema de Governança; e Agricultura urbana como instrumento pedagógico.



4.4. SALVADOR

Salvador é a cidade mentora de Maricá (RJ) e Nova Lima (MG). No primeiro encontro, foi feita a apresentação de todos os participantes e alinhamento de interesses para definição do plano de trabalho da mentoria. Nas demais oficinas foram discutidos os seguintes temas: atuação da COSAN no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador; contexto de surgimento e expansão do Programa de Hortas Urbanas de Salvador e Alimentação saudável.



4.5. SÃO PAULO

São Paulo é a cidade mentora de Alto Paraíso de Goiás (GO), Jundiaí (SP) e Santarém (PA). Os responsáveis do município pela mentoria estão alocados na Coordenadoria de Agricultura e na Coordenadoria de SAN, ambas dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Os encontros foram utilizados para discutir os seguintes temas: Reconhecimento das demandas das cidades e apresentação do Programa Sampa+Rural; Governança e participação social; impulsionando a agricultura ecológica nos municípios e Circuitos de comercialização; Educação Alimentar e Nutricional; e Monitoramento, controle e avaliação das políticas para agricultura e SAN.



INICIATIVAS QUE INSPIRAM

5

CADERNOS
LUPPA



5. INICIATIVAS QUE INSPIRAM

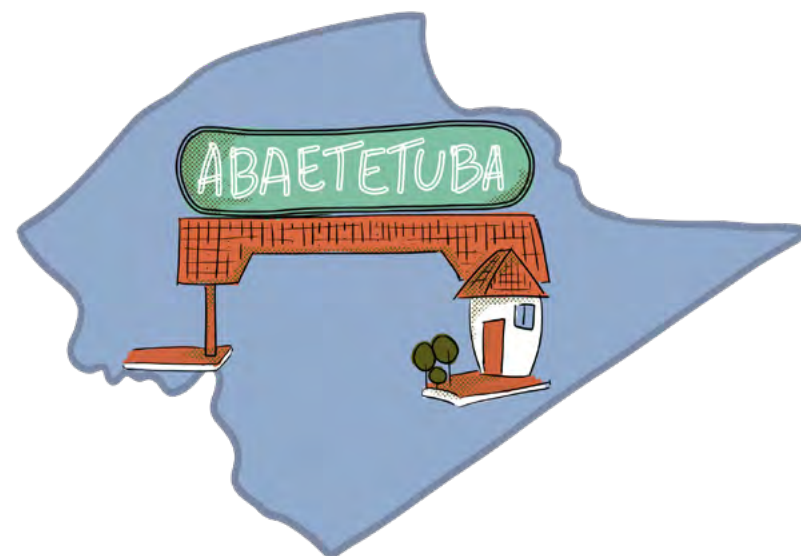
Programas e ações de referência das cidades participantes do LAB #2

Durante as atividades do **LUPPA**, informações sobre as experiências, desafios e conquistas de cada cidade são trazidos ao longo do preenchimento de seus diagnósticos, da realização das entrevistas de ingresso, e dos debates realizados nas oficinas do **LUPPA**. Buscamos neste capítulo realizar um compilado dessas referências de cada uma das cidades participantes do **LUPPA LAB**, totalizando 21 cidades. Ressalte-se que estas referências não pretendem, de forma alguma, exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das experiências que foram

compartilhadas durante as atividades. Em cada cidade, destacamos também qual ação pode se caracterizar como uma ação inovadora ou merecedora de mais atenção de estudiosos e especialistas em políticas alimentares.



5.1. CIDADES QUE INGRESSARAM NA 2ª EDIÇÃO



ABAETETUBA (PA)
População (Censo 2022):
158.188 habitantes
Área: 1.610 km²

Localizada na região do Baixo Tocantins, na margem direita da foz do Rio Tocantins, estado do Pará, o município de Abaetetuba tem uma população de 158.188 habitantes e seu território possui duas ilhas fluviais, cujos rios cortam a cidade e abastecem a população com água para produção de alimentos.

As políticas da gestão municipal voltadas para os sistemas alimentares ganham destaque pela sua diversidade e pela interação e participação da sociedade civil. Em algumas delas, é possível verificar o protagonismo das mulheres e da juventude local na gestão das iniciativas.



TEMAS

manejo hídrico, mulheres, juventude

O Programa “Mulheres de Flores e de Aço”, idealizado pela prefeitura, faz a conexão entre mulheres agricultoras do PAA e mulheres da cidade, que se juntam para produzir hortas urbanas, arborização e paisagismo nas praças da cidade. A rede de agroecologia formada na cidade é voltada para mulheres, ressaltando o seu papel como guardiãs das plantas medicinais e alimentícias.

Nas experiências de manejo hídrico, a comunidade tem papel central para a melhoria da qualidade das águas. As comunidades quilombolas existentes no município também são bastante atuantes. São 14 comunidades quilombolas distribuídas nas ilhas e em territórios



no continente, cujas representações fazem parte do Conselho de SAN.

Nos últimos anos, houve uma ampliação das políticas de SAN, tanto nas iniciativas produtivas e de comercialização, como também no marco legal que favorece a interação do poder público com a população. A criação da CAISAN e a reativação do Conselho de SAN apontam para um avanço importante no município, que caminha para a realização da 4ª conferência municipal e para a formulação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. A variedade ampla de produtos da agricultura familiar pode ser vista na comercialização feita nas feiras e no fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

O município conta com o apoio da EMATER para emissão das DAP's.

A criação e fortalecimento das feiras de agricultura familiar e de produtores rurais fez com que a relação de consumo entre quem produz e quem consome predomine na cadeia de produção, eliminando o papel de atravessadores. Chama a atenção a incorporação de aspectos da socioeconomia solidária nas práticas produtivas, com a troca de práticas na terra ou de uso do arado por doação de parte da produção, assim como a troca de filhotes de galinha por galinhas crescidas. As associações de agricultores têm protagonismo nas ações de SAN. Os produtores que são apoiados pela SEMAGRI fazem doação de alguns produtos, que depois são

repassados para instituições da cidade, como APAE e Pastoral da Criança.

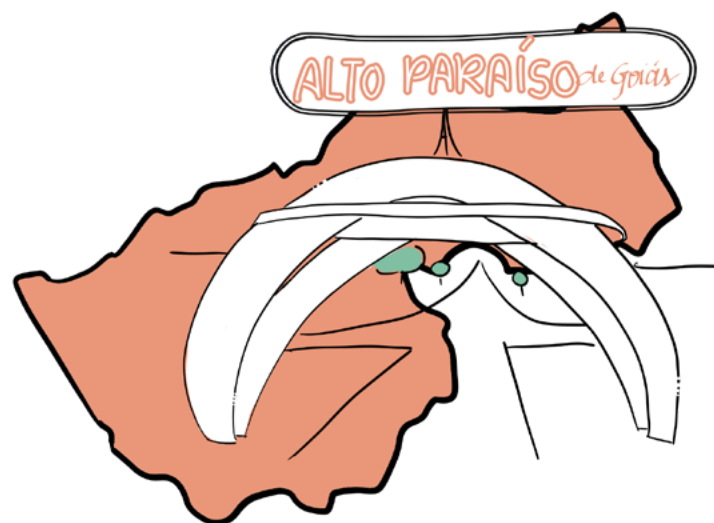
Para o próximo período, a gestão pretende avançar na construção do Plano de Ação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, lançando mão dos diagnósticos e de levantamento de dados para que o plano seja implementado de forma efetiva e para tornar possível o seu monitoramento. As experiências bem-sucedidas no município de Abaetetuba estimulam outros territórios da região Norte, demonstrando que, mesmo diante das adversidades, é possível consolidar políticas públicas de SAN no âmbito do município, estabelecendo redes no seu entorno.





TEMAS

acesso à terra, soberania alimentar



ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (GO)

População (Censo 2022):

10.298 habitantes

Área: 2.594 km²


Alto Paraíso de Goiás é um pequeno município no Estado de Goiás e porta de entrada para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Como já é de se imaginar, as belezas naturais são inúmeras, com abundância de nascentes e cachoeiras, e onde o cerrado ainda pode ser observado. No entanto, estes atrativos tornam o município um território de diversas disputas de narrativas, valores e culturas. Os desafios se concentram especialmente na questão de como coabitar um território que sofre com o avanço de migrantes urbanos que disputam espaço de terra com a população local, o turismo, a produção de alimentos da agricultura familiar local, o impacto da produção baseada na monocultura

convencional em áreas limítrofes do município, e uma clara especulação de terras. Apesar destes desafios, existe de forma muito clara, por parte do poder público e da sociedade civil, uma consciência do desejo de fomentar e apoiar a cultura e os valores dos povos tradicionais e da agricultura familiar dos assentamentos locais.

No que concerne à governança de SAN, o município conta com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural bastante ativo e com forte participação da sociedade civil. No entanto, carece de um marco legislativo de SAN e conselho municipal de SAN. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

também é bastante atuante e possui uma boa relação com uma cooperativa, com foco na geração de renda das mulheres cooperadas, que fornece alimento para as escolas municipais.

Um dos grandes destaques deste município é a

 **inclusão de alimentos locais, especialmente os frescos, na alimentação escolar por meio da elaboração de chamamentos das compras públicas de forma a não se restringirem a receitas e alimentos específicos. Estão incorporados na alimentação escolar alimentos como a castanha do baru e o pequi, e preparações como o arroz com jiló e o bolo de baru.**

Esta iniciativa acaba por reconhecer e valorizar a importância dos agricultores

produtores de alimento e também das merendeiras, as quais vivenciam capacitações, experiências de trocas e experimentações nas feiras da cidade, além de criar um vínculo com os agricultores. Ainda no quesito alimentação escolar, é importante lembrar que as escolas também contam com uma boa infraestrutura correlata, como fogões, freezer e geladeiras, essenciais para a manutenção da qualidade dos alimentos.

Por estar localizado em um dos redutos do cerrado brasileiro e abrigar também comunidades quilombolas, o município tem papel importante na manutenção da cultura e da biodiversidade local. As mulheres Kalunga, povo tradicional quilombola, são consideradas guardiãs das sementes e da biodiversidade, além de serem produtoras

e colhedoras de arroz, baru, pequi, buriti e milho. Periodicamente também são realizadas feiras de sementes nativas e mudas da Chapada dos Veadeiros, estimulando a troca, a variedade genética e a permanência da cultura alimentar no território.

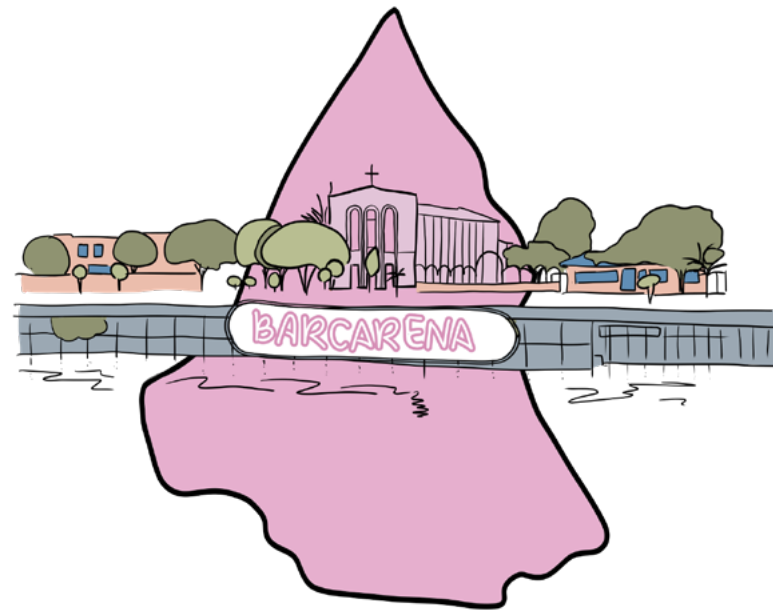
Os assentamentos da reforma agrária também têm relevância no cenário de produção de alimentos e são responsáveis pelo crescimento da agricultura familiar local nos últimos anos. Com auxílio do SEBRAE, esses assentamentos, que em geral estão localizados em regiões mais distantes da área urbana do município, foram inseridos nas feiras municipais, que ocorrem quatro vezes na semana, aumentando assim os canais de escoamento da produção.





TEMAS

marco legal de SAN, desenvolvimento circular, mulheres



BARCARENA (PA)
*População (Censo 2022):
126.650 habitantes
Área: 1.310 km²*

Barcarena está localizada no estado do Pará e faz parte da Região Metropolitana de Belém, juntamente com outros sete municípios, tendo se destacado pelas iniciativas bem-sucedidas em relação à segurança alimentar e nutricional. Com uma população em torno de 126 mil habitantes (IBGE), o município possui uma diversidade de políticas públicas alimentares e de setores beneficiados, assim como a consolidação do marco legal que garante a execução destas políticas, que destacam-se na região.

Atualmente, o município possui 4 leis voltadas à SAN, a começar pela lei que criou o sistema de monitoramento de Agricultura Familiar, que busca priorizar a

produção e comercialização local de alimentos. Em 2022, foi criado o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PMAA), implementado por meio de emenda parlamentar de dois deputados federais e cujo arcabouço legislativo se baseia no PAA federal. A lei de serviço de inspeção municipal foi criada para atender às demandas surgidas com o PMAA e de monitoramento da merenda escolar. Também foi criado o Fundo Acreditar, que é um fundo de investimento e de microcrédito para pequenos produtores e empreendedores, com o objetivo de garantir condições econômicas mínimas para iniciar um pequeno negócio.


5

CADERNOS
LUPPA

INICIATIVAS Barcarena




O monitoramento e mapeamento de produtores locais contribui para o funcionamento das demais iniciativas voltadas aos sistemas alimentares. No mapeamento georreferenciado da agricultura familiar, foram identificados 791 agricultores familiares e 800 pescadores artesanais. Atualmente, a gestão trabalha com 80 agricultores e 12 entidades, que fazem parte de projetos de assistência social.

 **As compras governamentais feitas através do PMAA e o fomento das cadeias produtivas, além da criação de equipamentos públicos para a comercialização local do excedente da produção, é o que garante mecanismos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.**

O município realiza a compra de frutas e hortaliças produzidas localmente e doa para as famílias em situação de vulnerabilidade que fazem parte de programas sociais, por meio de organizações governamentais e não governamentais.

Os equipamentos e políticas voltados à comercialização da produção local da agricultura familiar destacam-se tanto pela garantia do acesso à renda, quanto pela priorização de mulheres e jovens no acesso a estas iniciativas. No município, funcionam cinco feiras e dois mercados, além do complexo comercial que está sendo construído para comercialização de alimentos da agricultura familiar e escoamento da produção local. Algumas dessas feiras são itinerantes. Para selecionar as pessoas que participam

das feiras, foi implementada a matriz de escolha, que utiliza um sistema de pontos voltado

 **priorização das mães solo para participação em feiras, posicionando a mulher como principal protagonista no processo de produção e comercialização da agricultura familiar.**

Nas feiras da economia solidária, 70% dos participantes são mulheres artesãs e da agricultura familiar. Também são feitas capacitações de mulheres para a criação e abate de aves, assim como para a produção de chocolate artesanal.

A prefeitura garante uma logística gratuita de 15 ônibus que transportam a





produção e os agricultores até a cidade, para onde é feito esse escoamento de comercialização do excedente. A feira de produtores da agricultura familiar acontece no mesmo local para onde são trazidos os alimentos fornecidos ao PMAA. O município possui abatedouro público, convênios de produção de mudas, convênios com produtores para produção de produtos artesanais, etc.



A Bioeconomia é usada como caminho para estimular a juventude a viver e produzir no campo, através do incentivo à produção agroecológica de alimentos. A escola agrícola no município também contribui para a manutenção da juventude nos territórios rurais.

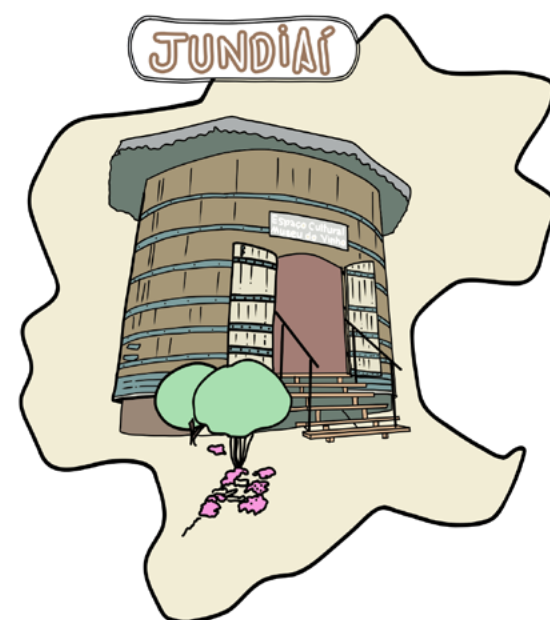
A valorização e preservação da cultura alimentar local e das sementes nativas são objetivos centrais, e vão desde o incentivo a sistemas produtivos agroflorestais para a produção do açaí e do cacau,

até a adoção de sistema de certificação do cacau e do açaí nativos, cuja comercialização é feita diretamente no mercado Ver-o-peso em Belém. O fomento na produção de cacau também é feito como subsídio da gestão. O turismo local é beneficiado pela realização do Festival do Abacaxi no mês de novembro.

Como objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo, a gestão municipal pretende avançar na implementação de equipamentos públicos voltados aos sistemas alimentares, com a construção de um equipamento multifuncional que agregue banco de alimentos, cozinha comunitária e restaurante popular. Toda esta diversidade de iniciativas voltadas aos sistemas alimentares faz de Barcarena uma cidade na qual as políticas públicas têm um potencial promissor para a superação da insegurança alimentar.



TEMAS

*agricultura urbana,
alimentação escolar*

JUNDIAÍ (SP)
População (Censo 2022):
443.116 habitantes
Área: 431 km²

Jundiaí, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, é conhecida pela produção de uva e caqui. Mas as atividades relacionadas à produção de alimentos no município vão além da fruticultura. O município conta com o Programa Horta Urbana, estabelecido por meio de um decreto em 2021, e que dentre seus principais objetivos têm o fortalecimento da SAN da população; a ampliação das áreas produtivas na cidade; geração de renda e desenvolvimento local; estímulo à economia solidária e práticas comunitárias; revitalização e aproveitamento de espaços públicos; melhora ambiental e paisagística dos espaços públicos; educação alimentar e nutricional; e contribuição para atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As 21


áreas públicas cedidas para este Programa podem ser utilizadas por famílias que queiram cultivar de forma coletiva, através de chamada pública, sendo que os munícipes cadastrados no CADÚnico têm preferência. Em geral, os voluntários participam de um curso básico de agricultura e depois é oferecida uma área pública para cultivo que seja próxima à residência dos interessados. Este Programa conta também com parcerias, como a do SESC, para realização de oficinas nestas áreas.

O município também tem o Projeto de Hortas Escolares com o intuito de promover educação alimentar e nutricional não somente dos alunos, mas também das famílias. Atualmente, aproximadamente 80 escolas possuem

hortas ativas e a meta é que, em 2024, 100% das escolas (112) tenham suas próprias hortas. A Secretaria da Educação já proporcionou diversas capacitações e formações ao corpo docente das escolas, momentos em que especialistas falam sobre questões como plantio, clima, tipo de solo e todos os aspectos que envolvem a alimentação, desde as sementes até o próprio preparo do prato em si. Esse Projeto reconhece nas crianças seu potencial de atuarem como multiplicadores dos bons hábitos alimentares.

Um ótimo exemplo, que conecta a produção de alimentos locais, com educação alimentar e nutricional e compras públicas, é o Projeto Vale Verde, parceria entre

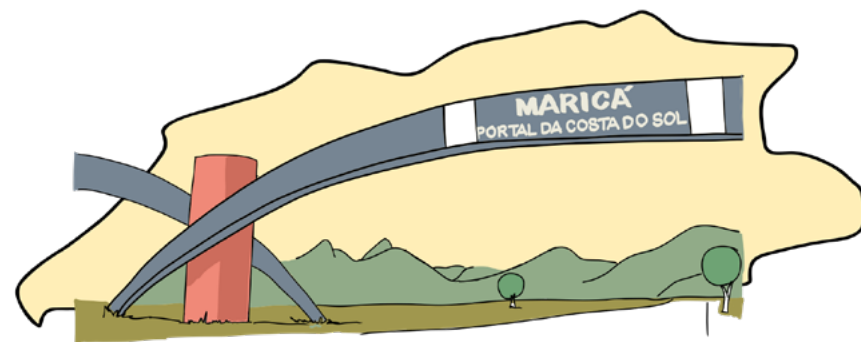
a Prefeitura de Jundiaí, a Escola Técnica e o Instituto Kairós. Trata-se de uma horta municipal que produz alimentos orgânicos certificados e, desde 2018, iniciou a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). Atualmente,

 **a Vale Verde consegue abastecer todas as escolas municipais e estaduais localizadas no município, sendo responsável por aproximadamente 70% das hortaliças servidas nessas instituições, incluindo PANCs. Neste contexto de produção de alimentos locais, o PNAE é um programa bastante fortalecido no município.**

Jundiaí é também conhecida como a Cidade das Crianças e tem como prioridade desenvolver ações que estimulem o desenvolvimento infantil. Esta é a conjuntura em que há reconhecimento da importância e da valorização das hortas escolares e também

da alimentação escolar no município. Adiciona-se neste tema, ainda, o Programa Criança Feliz, um programa de visita domiciliar para famílias que pertencem ao CadÚnico e ao Programa Bolsa Família, e que tenham crianças de 0 a 3 anos de idade e/ou gestantes. A metodologia consiste em 7 encontros com a família e busca auxiliar as famílias quanto a atividades que possam propiciar um desenvolvimento pleno, estimulando o aspecto cognitivo e sensorio-motor das crianças. A cada encontro é realizada a entrega de uma Cesta Verde para as famílias participantes do programa.





MARICÁ (RJ)

População (Censo 2022):

197.300 habitantes

Área: 361 km²

Maricá, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tem suas origens como cidade produtora de alimentos e pesqueira. Recentemente, no entanto, a cidade passou a ter um crescimento urbano em decorrência da exploração petrolífera na região. Mas não é por isso que a construção longa e gradual na área

de SAN tem sido deixada de lado, muito pelo contrário, segue bastante fortalecida e com foco em sua institucionalização.

No que concerne à governança de SAN, o município conta com CONSEA, CAISAN, Marco Legal de SAN e, atualmente, em processo de desenvolvimento de projeto de lei para um marco legal de agroecologia na cidade.

O PNAE é um exemplo de sucesso, tendo praticamente 100% das compras públicas para a alimentação escolar proveniente da agricultura familiar, com incentivo à agricultura local e de base agroecológica. O município colabora com o cadastramento de agricultores locais para poderem vender para as compras públicas. Atualmente, são mais de 50 agricultores familiares cadastrados no município, além dos agricultores de municípios



TEMAS

soberania alimentar, agroecologia, desenvolvimento circular

vizinhos que também podem vender para o PNAE. Há ainda o cadastramento e compra de pescado proveniente de pescadores artesanais. Tudo isso gera uma valorização da produção de alimentos e do desenvolvimento local.

Como apresentado, o desenvolvimento e fortalecimento local são prioridades do município, que conta com uma



moeda social chamada Mumbuca. Essa funciona como uma transferência de renda municipal

com valores variados para diferentes tipos de público. O papel da moeda social é essencial para mitigar a INSAN grave, repercutindo diretamente para além dos contratos previstos para aceitar a moeda social da prefeitura, tais como o restaurante popular, com fornecimento



de 1.000 refeições/dia no café da manhã e almoço; e o caminhão de peixe, que passa uma vez ao mês nos bairros do município e vende pescados provenientes de pescadores artesanais a preços acessíveis para a população.

O município conta com algumas inovações em equipamentos públicos, como é o caso da Fazenda Pública, que produz alimentos como milho, abóbora, melancia, aipim, mamão e verduras e está desenvolvendo projetos para produção de camarão em tanques, além da criação e extração de leite de cabra e fábrica de queijo. Parte dos alimentos in natura produzidos na fazenda são encaminhados para a alimentação escolar e restaurante popular. Este local também abriga uma Unidade Agroecológica, utilizada como referência para formação em diferentes

técnicas de manejo agroecológico, onde são produzidas mudas, feitos testes com sementes crioulas para adaptação ao clima e solo e alimentos distribuídos para a população, instituições filantrópicas, escolas e para o restaurante popular. Já o apiário municipal, também localizado na fazenda pública, recolhe colmeias que colocam a população em algum tipo de risco e realiza ações de educação ambiental, por meio do reconhecimento da importância das abelhas, e produz mel para a alimentação escolar. O município também possui uma



fábrica de desidratação de banana e aipim, visando garantir estabilidade de venda e preço aos agricultores, evitar desperdício e aumentar a durabilidade. Os alimentos desidratados são encaminhados para alimentação escolar.

O município ainda está em fase de construção de um mercado municipal.

Outra inovação é o uso de um sistema de tecnologia da informação na educação, chamado



Sistema Inteligente Alimenta Brasil. Trata-se de um sistema que de fato integra todas as ações que relacionam alimentação e educação, tais como cardápios da alimentação escolar, as compras públicas e iniciativas de EAN.

Além disso, a equipe de nutricionistas nas diversas áreas é exemplar e permite uma real organização e territorialização da alimentação.

Agricultura urbana e a agroecologia também fazem parte da agenda municipal, atreladas à agenda de meio ambiente da Secretaria



da Cidade Sustentável. O foco são, as ruas arborizadas com frutíferas, os jardins comestíveis e praças agroecológicas. Há inclusive uma praça agroecológica referência, que foi a primeira a ser criada e é hoje a mais visitada do município. O projeto “sábados agroecológicos” ocorre mensalmente com capacitação para agricultores para a transição agroecológica, além de uma feira em torno da praça agroecológica referência. As praças agroecológicas não se resumem apenas ao plantio. Há áreas onde os moradores aprendem a fazer compostagem na própria praça. O projeto Baldinho do Bem faz parte deste contexto e busca estimular a compostagem de resíduos orgânicos nas praças agroecológicas da cidade a fim

de criar um desenvolvimento circular: doando resíduos orgânicos a serem compostados, nutrir o solo e produzir alimentos agroecológicos nas praças de forma sustentável.

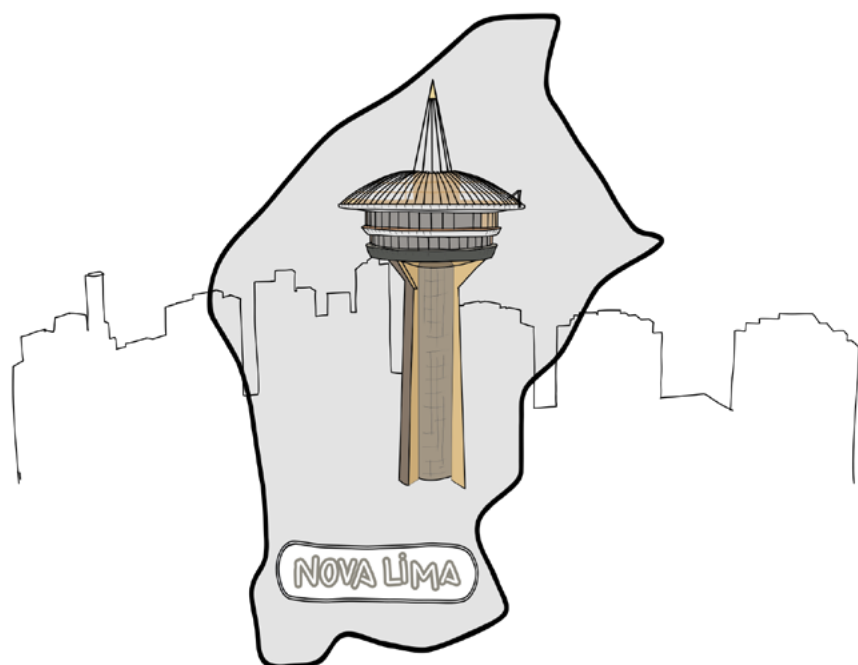
A presença de populações indígenas no município é uma oportunidade de resgate de saberes e sabores tradicionais, cultura indígena e sementes crioulas. A criação de um banco de semente municipal vai em linha com esta conservação da biodiversidade e cultura, sendo que as sementes são repassadas tanto para os produtores familiares quanto para as populações indígenas. O município tem a habilidade de estimular a SAN para estas comunidades indígenas e também a priorização na vacinação de crianças indígenas.

Finalmente, vale lembrar que o município desenvolve uma espécie de censo agropecuário próprio, para mapear a agricultura familiar e atividades relacionadas à SAN, com o intuito de conhecer o que ainda precisa ser melhorado e o que pode ser feito por meio de políticas públicas. Em 2022, o município aderiu ao Pacto de Milão e assinou a Carta do Sinai durante a COP 27 no Egito, buscando fortalecer a troca de expertises por meio de políticas públicas de enfrentamento aos problemas climáticos em comum entre países lusófonos, tais como políticas de SAN.





TEMAS

agricultura urbana, marco legal de SAN

NOVA LIMA (MG)
População (Censo 2022):
111.697 habitantes
Área: 429 km²

Nova Lima é uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo como base das atividades econômicas a mineração. Este setor, que agregou e ainda agrega renda, emprego e outros benefícios para os moradores do município, é também um dos responsáveis pela invisibilidade da agricultura local. Até pouco tempo, pouco se conhecia da produção de alimentos e da agricultura familiar no território. A Prefeitura tem realizado um trabalho importante de identificar, cadastrar e dar visibilidade para os agricultores locais. Atualmente, são cadastrados cerca de 350 agricultores. Destes, seis fornecem alimentos para o PNAE, com cogumelos e PANCs de base agroecológica, chegando a quase 30% da execução destas compras públicas com este fornecimento local.

Agricultura urbana também tem sido vista como inovação no município, que conta com 4 hortas urbanas focadas inicialmente na promoção de SAN, com posterior objetivo de geração de renda. A EMATER é importante parceira dos agricultores urbanos e rurais, contribuindo com assistência técnica, cadastramento dos agricultores junto aos órgãos municipais e também na implantação de hortas escolares, comunitárias e domiciliares. Além disso,



o município tem oferecido aos cidadãos o Kit Horta, que contém enxada, pá, sementes e sistema de irrigação, visando estimular o plantio doméstico.



A educação alimentar e nutricional também está presente pelo Projeto Prove e Aprove, que visa estimular e introduzir novos alimentos na cultura alimentar do território.

Durante o período inicial da pandemia de Covid-19, foi estabelecido pela Secretaria de Educação o Programa “Crescer saudável”, que distribuía para os alunos da rede pública alimentos para preparar a merenda em casa, com a proposta de receitas predefinidas e seus respectivos ingredientes.

A gastronomia também é presente no município especialmente pela elaboração das cervejas artesanais. A Secretaria

de Cultura e Turismo promove feiras periódicas com o intuito de divulgação e comercialização destas cervejas.

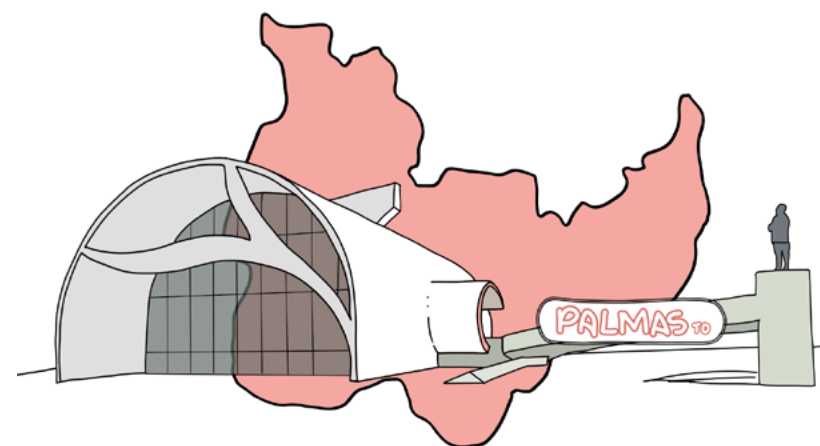
No que concerne à governança de SAN, o município encontra-se no início de uma trajetória integrada e intersetorial. Em 2021, foi instituída a Política Municipal de SAN Sustentável (PMSAN-NL) e o Sistema Municipal de SAN de Nova Lima (SISAN-NL). Em 2022, foi criada a Coordenadoria de SAN, a CAISAN e o Conselho de SAN. O município segue também em fase inicial da implementação de cozinhas comunitárias e banco de alimentos. Além disso,

baseado na ideia de que para agir é preciso conhecer, anualmente é realizado o diagnóstico do estado nutricional da população de Nova Lima juntamente com a Secretaria de Saúde. Todo este processo de valorização da SAN de forma intersetorial só é possível graças a uma gestão municipal cheia de boa vontade, integrada, com bom diálogo entre áreas e com equipes bem capacitadas.



TEMAS

*manejo hídrico, acesso à terra,
agricultura urbana*



PALMAS (TO)

População (Censo 2022):

302.692 habitantes

Área: 2.227 km²

Capital do estado de Tocantins, o jovem município de Palmas, fundado em 1989, possui cerca de 302.692 habitantes (IBGE), dentre os quais existem povos indígenas e quilombolas que habitam a região metropolitana, tendo sido a capital brasileira que teve o maior crescimento populacional desde o último censo de 2010. Este dado apresenta-se como um desafio para o planejamento da gestão relacionado às políticas alimentares. Entretanto, as iniciativas atuais revelam que o município tem tratado deste desafio com bastante cuidado, tendo sido bem-sucedido nas iniciativas demonstradas a seguir.

A cidade é cortada pelo rio Tocantins e por córregos cujas águas são captadas para utilização na produção de alimentos. Os processos de regularização

fundiária e desenvolvimento de projetos urbanísticos foram feitos com áreas reservadas para o desenvolvimento econômico da população, que geram renda e movimentam a economia através da produção de alimentos.

O objetivo é trazer, para a agenda fundiária, uma forma de ocupação urbana que agregue valores ambientais, urbanísticos e econômicos. Para isso, foram destinadas áreas ao cultivo local de alimentos por membros das comunidades, através da agricultura urbana e produção de alimentos nativos da região. A partir de parceria com a secretaria de assistência social, é feito um cadastro utilizando o CAD único como parâmetro para agregar as pessoas ao cultivo de alimentos. A gestão



aproveita a vocação local, alinhada com as culturas das populações ocupantes, apoiando com estudo básico mercadológico e estudo do solo. A conscientização da população com práticas de reflorestamento é central, e hoje já está servindo como atividade econômica.

A comercialização descentralizada destes alimentos se dá através das



mini-feiras nos bairros, que funcionam como centros de abastecimento e distribuição de alimentos a baixo custo. Estas feiras funcionam em parceria com a Secretaria de Agricultura, para comercializar a produção urbana de alimentos. Portanto, a expansão urbana de Palmas se dá de forma ordenada, com uso de hortas comunitárias como elemento norteador deste ordenamento, coordenada pela Secretaria de Urbanismo.

Este programa foi nomeado e é conhecido como Alimentação Palmas.

Para os servidores públicos, foi criado o Vale-alimentação municipal que pode ser utilizado no comércio local, garantindo uma complementação da renda através da aquisição de alimentos. A prefeitura também vem investindo na reforma de equipamentos sociais voltados aos sistemas alimentares, como restaurantes.

A experiência de Palmas demonstra que as parcerias firmadas entre a gestão municipal e vários entes, como é o caso do Conselho de SAN, da Universidade Federal de Tocantins e Universidade Católica, da **EMBRAPA** local (cuja expertise na produção de hortas, piscicultura e derivados do leite é reconhecida), é uma das garantias do sucesso destas iniciativas.

A junção de todos os esforços para tornar efetivas as políticas alimentares é válida para garantir comida no prato, geração de renda e consolidação destas iniciativas permanentemente.



PINDAMONHANGABA (SP)

População (Censo 2022):

165.428 habitantes

Área: 731 km²

Pindamonhangaba está localizada entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, no Estado de São Paulo. O município é reconhecido pelos seus bons padrões de gestão e, por isso, é reconhecida como a segunda Smart City do Brasil (cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentável, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, além da busca por uma gestão eficiente com uso de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC - para a otimização da máquina pública e desburocratização). Dentre as 19 áreas avaliadas para alcançar esta conformidade estão Saúde; Saneamento; Planejamento Urbano;



TEMAS

desenvolvimento circular, hortas escolares

Meio Ambiente e Mudanças no Clima; Água; e Agricultura urbana/local e Segurança Alimentar, todas essenciais para um planejamento intersetorial das políticas alimentares.

Avocação de conservação e preservação da natureza no município é evidenciada pelo Programa Conservador da Natureza, um programa de pagamentos por serviços ambientais que reconhece e apoia os proprietários rurais no seu importante papel de provedor de serviços ambientais essenciais à vida mantendo, recuperando ou melhorando as condições ambientais dos ecossistemas. Há também um projeto piloto de compostagem iniciado em 2022, que em suas fases iniciais está realizando o diagnóstico





e acompanhamento da geração e do bom gerenciamento de resíduos domésticos para, posteriormente, ganhar escala e alcançar os resíduos escolares e, finalmente, de todo município.

Agricultura familiar e local é bem forte e incentivada pela Prefeitura, porém, com predomínio de uma agricultura que faz uso de agroquímicos. Parte da produção destes alimentos é escoada via Feira do Produtor Rural, de periodicidade mensal, que conta com apoio das Secretarias de Cultura e Turismo e de Meio Ambiente, e tem o objetivo fomentar o comércio dos produtores rurais do município, mostrando a importância do pequeno produtor familiar que produz alimentos saudáveis e de qualidade. O mercado Municipal também é outro local de comercialização diária de alguns dos produtores locais de alimentos. Os produtores de alimentos agroecológicos contam com uma feira que ocorre uma vez por semana.

Os projetos de **hortas escolares de Pindamonhangaba são um exemplo de como atrelar motivação profissional, com educação alimentar e inovação. Existem projetos de hortas escolares espalhadas pelas 80 escolas do município, incentivadas em grande maioria pelo benefício de bonificação destinada aos professores que desenvolvem projetos de responsabilidade pública e de cidadania, em que as hortas escolares estão incluídas.**

No município, cada professor necessita desenvolver dois projetos a cada ano para ter acesso a este tipo de bonificação.





VITÓRIA DO MEARIM (MA)

População (Censo 2022):

30.805 habitantes

Área: 716 km²

Vitória do Mearim é um município pertencente ao estado do Maranhão. Faz parte do bioma Amazônia e possui cerca de 30 mil habitantes atualmente (IBGE). Embora seja uma cidade de pequeno porte, tem se destacado pelas relevantes iniciativas relacionadas aos sistemas alimentares, seja com ações de preservação do patrimônio genético e de cultura alimentar, como também de incentivo e apoio à agricultura familiar na produção e comercialização de alimentos, com destaque para o protagonismo das mulheres e da juventude.

O extrativismo e a piscicultura têm uma importância central na cultura alimentar local e na garantia de segurança alimentar da população. Durante a pandemia do COVID-19,



TEMAS

desenvolvimento circular, soberania alimentar, mulheres, juventude

foram entregues peixes, principalmente Tambaqui e Tabatinga, para as famílias em geral e para os pais de alunos da rede municipal de ensino. O extrativismo tem grande importância para o município, e são as mulheres que trabalham nesta atividade. O açaí, a jussara, o babaçu, o bacuri e o cupuaçu são algumas das frutas colhidas e beneficiadas por elas.

As quebradeiras de coco também estão presentes e se organizaram



para criar uma cooperativa de mulheres que trabalhem com a coleta e beneficiamento deste alimento da floresta. A gestão municipal incentiva a preservação local do patrimônio genético vegetal através da doação anual e distribuição de sementes crioulas para o plantio.





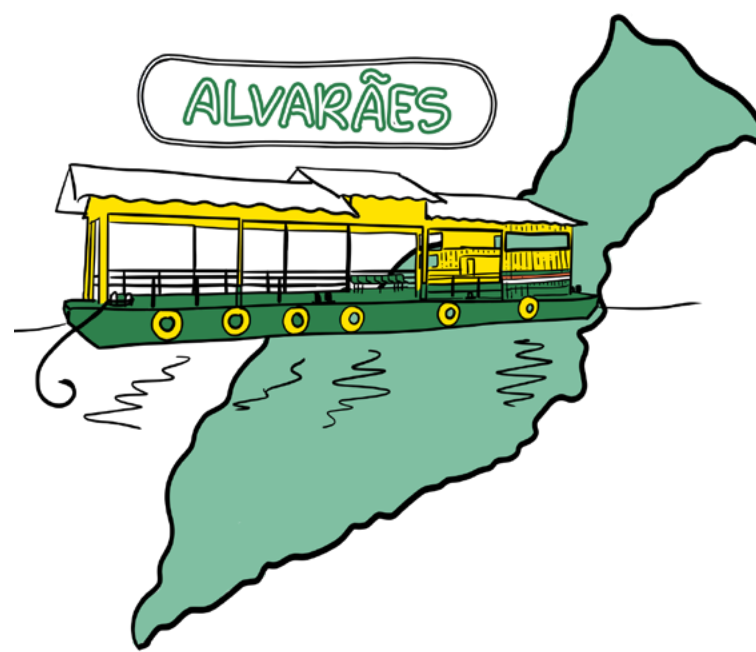
O fortalecimento da agricultura familiar é feito a começar pelo cadastro de agricultores que recebem incentivos à produção de alimentos e acesso às compras públicas direcionadas ao PNAE e aos equipamentos de SAN, ou ainda à comercialização em feiras de agricultores organizadas pela gestão, que acontecem semanalmente às sextas-feiras. Atualmente, está em fase de conclusão a construção da estrutura fixa da Feira do Agricultor com 9 barracas funcionando, onde são comercializados alimentos in natura e comidas típicas. Na feira também funciona um espaço cultural para eventos.

Dos alimentos adquiridos através do PNAE para as escolas municipais, 60% são provenientes da agricultura familiar, com um investimento de R\$ 204 mil reais em 2021. Além disso, nas refeições servidas no restaurante popular, 30% dos alimentos utilizados para a sua preparação também são adquiridos dos 38 agricultores cadastrados. O restaurante popular existente na cidade é estadual, funciona de segunda a sexta-feira fornecendo cerca de 1500 refeições por dia, ao preço de 1 real por refeição.

Pensando no incentivo às atuais e futuras gerações responsáveis pela garantia da segurança alimentar em Vitória do Mearim, a prefeitura

firmou uma parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para a criação de um curso na área de agroecologia, com o objetivo de formar adolescentes e jovens filhos de agricultores. Como perspectiva de avançar na produção e beneficiamento dos alimentos, estão sendo construídos convênios e parcerias para a implementação de uma agroindústria muito em breve. Tudo isso aponta para um acúmulo importante de experiências diversificadas de SAN, que inspiram e incentivam outros municípios a caminharem na mesma perspectiva de superação do cenário da fome e de criação de alternativas de renda para a população.

5.2. CIDADES DA EDIÇÃO ANTERIOR



ALVARÃES (AM)

População (Censo 2022):

15.866 habitantes

Área: 5.923 km²

Localizado na Amazônia Legal, o município de Alvarães faz parte do estado do Amazonas e possui uma população em torno de 16 mil habitantes (IBGE), dentre eles indígenas, ribeirinhos e outros povos tradicionais. Seu território é entrecortado pelo rio Solimões, o que confere um destacado papel ao poder público local no que concerne às atividades de preservação dos ecossistemas.

Entre as iniciativas da gestão municipal, destaca-se o mapeamento das comunidades indígenas e tradicionais para identificar as cadeias produtivas prioritárias e conhecer o potencial produtivo local. Através do georreferenciamento, tem sido possível fazer este reconhecimento



TEMAS

preservação da agrobiodiversidade, governança inclusiva, populações tradicionais e povos indígenas

e avançar num modelo de produção de alimentos da sociobiodiversidade, identificar as dificuldades e construir soluções. Tem havido um esforço por abranger outras culturas que têm sido menos aproveitadas na produção de alimentos numa escala mais ampla. A cultura alimentar baseada no pescado da região e nos alimentos da floresta é valorizada e preservada.



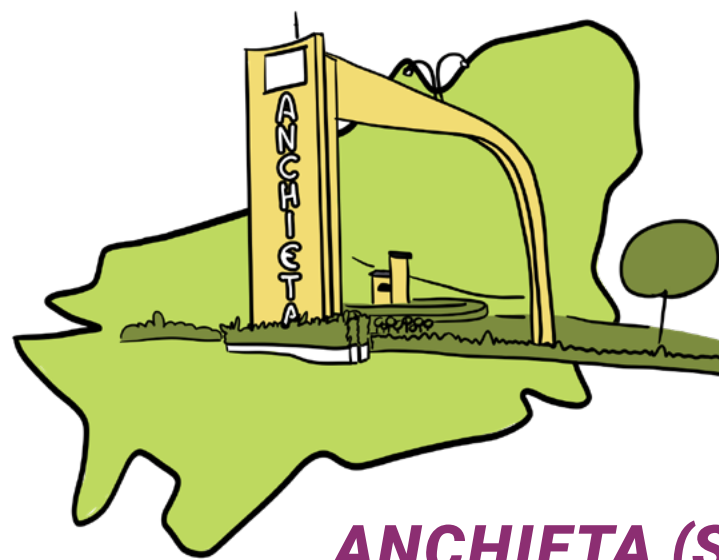
A preservação de espécies nativas associada à produção local de alimentos tem sido o carro-chefe das políticas e ações da prefeitura, em parceria com populações indígenas e tradicionais.



Uma iniciativa importante a ser destacada tem sido a capacidade de identificar elementos que propiciam a análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Alvarães, o que só é possível através de uma ação integrada das várias secretarias municipais, em parceria com a população. A análise destes dados dá a real dimensão dos impactos positivos das políticas de SAN no município. A relação entre sociedade civil e gestão municipal é um dos principais fatores responsáveis por se alcançar estes resultados.

A Amazônia brasileira tem atraído os olhares e as preocupações de todo o mundo para si, levando em conta o papel que esta região desempenha na mitigação da crise climática em curso. Mesmo sendo um município de pequenas proporções quando comparado à imensidão do bioma da Amazônia, as experiências de Alvarães voltadas aos sistemas alimentares em sintonia com a preservação da floresta assume uma importância ímpar e uma inspiração às gestões municipais.





ANCHIETA (SC)

População (Censo 2022):

5.943 habitantes

Área: 232 km²

Anchieta, município do oeste de Santa Catarina, é considerada a



Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas

e Capital Estadual do Milho Crioulo, e continua sendo uma referência na valorização e implementação da agroecologia no dia a dia. A participação na primeira edição do **LUPPA** teve

alguns impactos importantes para o município. Um deles foi o acordo de cooperação com a **Humane Society International e Alimentação Consciente Brasil**, que visa a redução de proteína animal, especialmente na alimentação escolar, por meio do treinamento com as cozinheiras das escolas para colocar em prática um cardápio elaborado à base de vegetais, além de lanches saudáveis e sustentáveis para idosos que são atendidos pelo município e recebem essas refeições em pontos estratégicos da cidade.

O outro impacto positivo está relacionado à governança de SAN, que passou a ter uma abordagem mais sistêmica e intersetorial com foco em abarcar a amplitude dos sistemas



TEMAS

agroecologia, governança inclusiva, preservação da agrobiodiversidade

alimentares. Como consequência, em maio de 2022, foi realizada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar, com o tema: Segurança Alimentar e Nutricional – Desafio e Possibilidades, como parte da II Semana Municipal da Agroecologia. Em 2023, o CONSEA municipal passou por uma reestruturação, além de ter sido



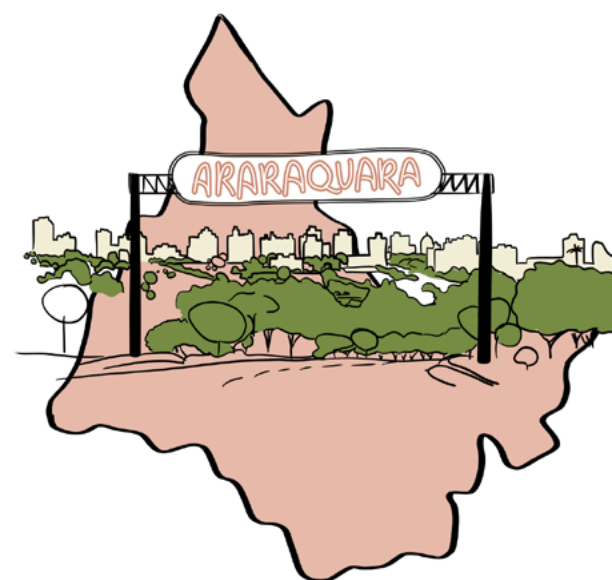
aprovado o PAA municipal e o Plano de SAN.

Vale ressaltar que, durante a segunda edição do **LUPPA**, quando foi realizado o **LUPPA LAB** de forma presencial, o representante do município foi o Prefeito, Ivan Canci, sendo o único prefeito presente no evento, o que reforça o comprometimento municipal com a agenda de SAN.





TEMAS

governança inclusiva

ARARAQUARA (SP)

População (Censo 2022):

242.228 habitantes

Área: 1.003 km²

Araraquara é uma cidade localizada no interior do Estado de São Paulo e tem a garantia da SAN como um pilar da gestão municipal. Diversos de seus programas já foram premiados anteriormente, tais como o Projeto “Araraquara Sem Fome”, projeto de caráter intersetorial que inclui diversos programas e ações como Bolsa Cidadania, Banco Municipal de Alimentos, Programa Restaurantes Populares, Programa Padaria Solidária, Programa Leite de Soja, Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS), entre outros. O município continua tendo

destaque em premiações e

recebeu uma menção especial na categoria Governança no Pacto de Milão, em 2022, também pelo Projeto “Araraquara Sem Fome”.

Os programas de SAN seguem em funcionamento e o município se mantém como uma referência na intersetorialidade, além de permanecer ativo na comunidade **LUPPA**.



TEMAS

marco legal de SAN, soberania alimentar, desenvolvimento circular



BELÉM (PA)

População (Censo 2022):

1.303.389 habitantes

Área: 1.059 km²

Quando se trata de avanços nas políticas de SAN, a cidade de Belém se destaca por se reinventar na execução de políticas alimentares aliadas à cultura local. Sempre preocupando-se em construir mecanismos eficientes na gestão municipal, a capital do estado do Pará tem conseguido superar os desafios, consolidar políticas bem-sucedidas e galgar novos degraus na condução das iniciativas voltadas aos sistemas alimentares.


No último ano, foi possível verificar a aplicação e fortalecimento do programa municipal de transferência de renda, o que garante um aporte importante para a segurança alimentar das famílias beneficiárias deste programa. Também

observou-se a manutenção e ampliação do percentual dos recursos destinados às compras públicas da alimentação escolar - PNAE para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Em 2021, este percentual foi de 39%, e em 2022 foi ampliado para 50% do recurso total. A elaboração do cardápio é feito levando-se em conta os costumes alimentares, num diálogo coordenado entre alunos e agricultores, onde as preferências alimentares são atendidas de forma coordenada com a disponibilidade dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar local.


Uma novidade exitosa no que tange ao sistema alimentar circular e combate ao desperdício



de alimentos foi o

 **beneficiamento do caroço do açaí para transformá-lo em farinha, a ser utilizada para preparar um tipo de pão com quantidade reduzida de insumos externos.**

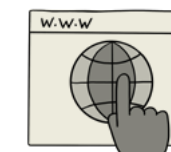
Através da Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - COPSAN, a prefeitura de Belém visa fortalecer a cultura de alimentação saudável da população e reduzir o desperdício dos caroços deste fruto que é largamente consumido na região.

 **A produção do pão do caroço de açaí é uma iniciativa pioneira, fornecendo três mil pães diariamente para o consumo nos vários órgãos da rede municipal e evitando o desperdício.**

Este projeto, coordenado pela COPSAN, realizou pesquisas e testes laboratoriais até chegar ao resultado esperado e obter as licenças necessárias à produção do pão.

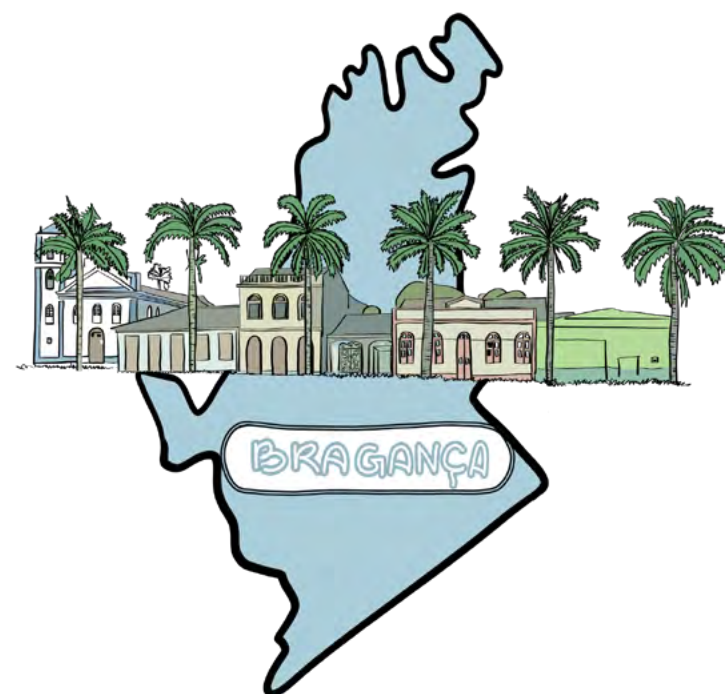
O marco legal no sistema alimentar de Belém também passou por avanços com a sanção da Lei municipal nº 9.789, no dia 5 de agosto de 2022. Esta lei formalizou a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pois criou os componentes do município de Belém dentro do sistema. Também define os parâmetros necessários à elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Com isto, a gestão municipal, através da COPSAN, poderá avançar na execução de novos planos e programas voltados para a segurança alimentar da população mais vulnerável.

Em parceria com o Instituto Escolhas, o município realizou recentemente um mapeamento dos alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares. A coleta dos dados foi feita no ano de 2022 e, a partir deles, foi criada uma **plataforma** que consolida e dá acesso a estas informações, o que contribui para planejar as políticas públicas municipais de SAN. Também existem três cooperativas na cidade, que organizam as e os agricultores em torno de experiências produtivas. Com estas experiências, Belém vai se consolidando como uma vitrine em meio à Amazônia, garantindo segurança alimentar em sintonia com a cultura alimentar dos povos da floresta.





TEMAS

**diagnóstico de SAN,
governança inclusiva****BRAGANÇA (PA)****População (Censo 2022):****123.082 habitantes****Área: 2.124,234 km²**

O município de Bragança está localizado às margens do rio Caeté, no estado do Pará, e possui cerca de 123 mil habitantes (IBGE). A cidade tem se destacado pelas iniciativas direcionadas aos sistemas alimentares, seja em relação ao marco legal e aos mecanismos de construção transversal das políticas, seja na criação e execução de políticas voltadas à produção de alimentos, compras públicas e comercialização feitas através da agricultura familiar.

Mesmo em meio às dificuldades encontradas pela gestão, provenientes da pandemia do COVID-19, foi dada continuidade a estas iniciativas que se apoiam no incentivo à agricultura familiar e à garantia do acesso à alimentação diversificada e saudável aos setores mais vulneráveis da população. O apoio técnico à produção de alimentos

da agricultura familiar favorece o fornecimento destes alimentos às compras públicas através do PNAE e PAA, incorporando a cultura alimentar local com itens provenientes da atividade extrativista. A produção de mudas de frutíferas e de alimentos agroecológicos tiveram continuidade nos quintais produtivos e viveiro de mudas. Tem sido feito um trabalho de sensibilização dos agricultores para a comercialização prioritária dos alimentos para o PAA.

Mais recentemente, foi iniciado um programa nomeado de

Minha Casa de Farinha, no qual se pretende que a produção de Farinha de Bragança seja reconhecida como um produto próprio da localidade.



A produção é realizada de forma artesanal

e espera-se desenvolver e sensibilizar os produtores a produzir de forma sustentável este produto.

Entre as oportunidades que se apresentam num horizonte próximo, está a criação do Projeto Mesa Bragança, que pretende agregar a destinação alimentos a instituições do município e a realização de oficinas de aprendizagem e conscientização no uso integral dos alimentos e de formas mais acessíveis para a sua utilização. Também vislumbra-se a conquista de uma feira de agricultores que pode vir a se concretizar através de parcerias entre as secretarias e entes públicos no âmbito federal.

Para avançar nas políticas alimentares em Bragança, a prefeitura vem se dedicando à realização de um diagnóstico da situação de SAN no município, de forma a levantar os dados que irão consolidar as ações futuras da gestão. Também foi feita a reativação da CAISAN, que cumprirá um importante papel na execução intersectorializada e transversal das políticas. A realização da conferência de SAN no município também contribui para consolidar todas essas iniciativas e para que se possa, posteriormente, elaborar e publicar o Plano Municipal de SAN.





TEMAS

**agroecologia, acesso à terra,
governança inclusiva**



CONTAGEM (MG)

População (Censo 2022):

621.865 habitantes

Área: 194 km²

Contagem é uma cidade localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e tanto o combate à insegurança alimentar e nutricional quanto a agroecologia são elementos essenciais para o planejamento de suas políticas alimentares. O comprometimento do município com estas agendas segue fortalecido, com destaque para a discussão das ações de SAN no Plano Diretor Municipal, e aprofundamento nos temas como conflitos territoriais e utilização dos recursos naturais - água.

Em março de 2023, foi realizada a 5ª Conferência de SAN, com o tema: “Alimentando direitos e cidadania e o lema: “Comida de verdade para todas as pessoas”. É importante dar destaque para a realização dessa Conferência,

pois o município viu valor de realizá-la mesmo fora de um calendário de conferências estadual e federal, com vistas a compreender elementos e demandas para a



elaboração do terceiro Plano Municipal de SAN.

A convocatória visou mobilizar e envolver a população de forma mais intensa, qualitativa e intersetorial em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada.



A Conferência foi realizada enquanto um processo ao longo de dois meses, com quatro etapas:

- (i) Seminário de abertura,**
- (ii) 8 pré-conferências regionais,**
- (iv) uma plenária temática das mulheres e**
- (v) plenária final.**

Este formato permite uma maior legitimidade aos processos de participação social e um compromisso verdadeiro com a democracia.



TEMAS

*mulheres, juventude,
governança inclusiva*

A trajetória nas políticas de SAN no município de Maracanaú chama a atenção pela capacidade de manter as iniciativas bem-sucedidas e avançar em algumas outras que antes eram consideradas desafios. A gestão municipal está avançada na pauta de SAN. Realizaram 3 Conferências, 3 Planos Municipais de SAN e mantiveram o



Programa de Aquisição de Alimentos Municipal, cujo marco legislativo foi inspirado no federal e cujos alimentos adquiridos são destinados às cozinhas comunitárias e para a doação a famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

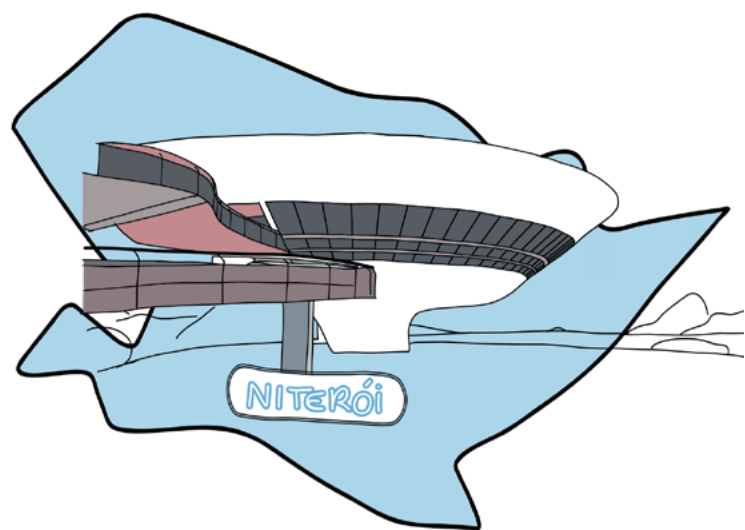
Atualmente, a prefeitura criou políticas direcionadas a mulheres e jovens, com capacitações e estágios oferecidos a este público, com o objetivo de gerar empregos. Também são organizados eventos direcionados

às mulheres e suas famílias, como a Semana do Bebê e a Semana do Bem-estar das Famílias. A participação das mulheres em feiras é muito incentivada, com destaque para mulheres indígenas que estão fazendo parte deste espaço de comercialização.

Através da execução do **Projeto Âncora do LUPPA**, a prefeitura está implantando hortas institucionais e fazendo o acompanhamento de hortas comunitárias, com o objetivo de tornar as cozinhas comunitárias e restaurantes populares mais sustentáveis. Um outro desafio que a gestão pretende superar com esta execução é o da intersetorialidade, de ganhar espaço em outras secretarias com pautas alimentares e de segurança alimentar.



MARACANAÚ (CE)
População (Censo 2022):
234.392 habitantes
Área: 105 km²



NITERÓI (RJ)

População (Censo 2022):

481.758 habitantes

Área: 133 km²

Niterói é uma cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A participação na primeira edição do **LUPPA** foi importante para gerar visibilidade interna do tema da SAN na prefeitura. Além disso, o município, que estava inicialmente em revisão do seu Plano de SAN, compreendeu a importância de realizar uma conferência para poder colher as demandas sociais para serem posteriormente incorporadas no Plano de SAN. Assim, em junho de 2022, foi realizada a 5ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema “Alimentação sustentável com geração de emprego e renda: da produção à mesa, no combate à fome e ao desperdício”.



TEMAS

**governança inclusiva,
desenvolvimento circular**

O outro ponto recente é **a moeda social Arariboia, lançada no final de 2021. Trata-se de um programa de transferência de renda permanente, que paga um valor mensal ao beneficiário cadastrado no CadÚnico, com priorização para mulheres arrimos de família,** além de estimular a geração de novos empregos e renda aos comerciantes, empreendedores e prestadores de serviços cadastrados. A moeda social tem como função a realização de transações econômicas sem utilização ou conversão por dinheiro, fazendo girar e desenvolver a economia local nos territórios.





TEMAS

governança inclusiva, agricultura familiar, combate à INSAN



PORTO ALEGRE (RS)

População (Censo 2022):

1.332.570 habitantes

Área: 495 km²

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, teve avanços significativos desde sua participação na primeira edição do **LUPPA**. Dentre eles está o

projeto de lei que cria o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PAA Municipal).

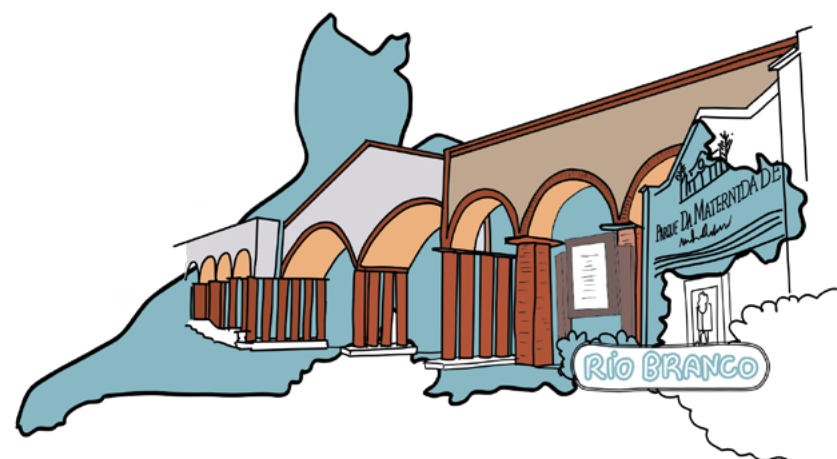
Os bancos de alimentos serão um dos beneficiários prioritários do programa, ao lado de outros equipamentos de nutrição e alimentação, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com alimentos provenientes da agricultura familiar. Além disso, houve a reativação da CAISAN e de seus encontros periódicos.

Também foi lançado o primeiro Plano de SAN do município. Este plano já vinha sendo desenvolvido anteriormente. No entanto, foi a partir do **LUPPA** que houve uma aceleração em sua formalização. Vale lembrar que, apesar da publicação deste plano, o município já percebe a necessidade de incluir pautas como a agroecologia e obesidade numa abordagem da SAN em um próximo plano.





TEMAS

*agricultura urbana,
marco legal de SAN***RIO BRANCO (AC)***População (Censo 2022):**364.756 habitantes**Área: 8.835 km²*

Localizada na Amazônia Legal, a cidade de Rio Branco vem se consolidando no que tange à segurança alimentar e nutricional. A gestão municipal prioriza a manutenção e inovação das iniciativas voltadas aos sistemas alimentares, com experiências que vão desde o incentivo à produção de alimentos, passando pelos avanços no marco legal e na manutenção e implementação de equipamentos sociais. Tudo isso com lastro na construção do plano municipal de SAN.

O exitoso Programa de Hortas Comunitárias afirmou-se como uma experiência bem-sucedida de agricultura urbana desenvolvida em terrenos públicos cedidos pela prefeitura. As e os agricultores que participam deste programa continuam recebendo incentivos para a produção (capacitação, assistência técnica, insumos),

escoamento e comercialização nas feiras agroecológicas. São oferecidas capacitações específicas para mulheres e jovens, como um incentivo de geração de renda e empregos a estes setores da população. As iniciativas no município se consolidaram como uma garantia da segurança alimentar e de renda para produtores locais, além de fornecer alimentos à população local. Em 2022,

foram implantadas hortas em sete vazios urbanos, onde se produz hortaliças e frutas como cacau, cupuaçu, jabuticaba e buriti. Desta produção, 50% é comercializada para os restaurantes populares e para alimentação escolar (ensino fundamental e ensino médio), ou então doada ao centro POP.



A produção de biocomposto é feita em larga escala no município para atender à demanda produtiva local. A compostagem é entregue à Secretaria de Agropecuária para que seja doada aos pequenos produtores rurais, sendo também usado para plantio nas áreas urbanas. A prefeitura iniciou um projeto de hortas em parques públicos, que em breve pretende introduzir o sistema de hidroponia na produção. Além desses projetos, iniciou-se também as hortas fazendinhas, que estão sendo implementadas nas escolas municipais para incentivar a alimentação saudável, conservação do solo e agroecologia desde o ensino fundamental.

O marco legal em Rio Branco teve avanços importantes no último período com a criação e consolidação da CAISAN e do CONSEA. A criação e manutenção do PAA municipal também merece destaque, pois é a partir dele que se pretende adquirir vários alimentos preparados no restaurante popular. A prefeitura possui convênios com empresas de bolachas saudáveis (bolachas com castanhas), que recebem contrapartida de isenção fiscal para desenvolvimento de produtos mais saudáveis. O mesmo é feito com a ACREAVES, uma cooperativa local de criação de aves. Todas essas iniciativas já renderam vários prêmios à gestão municipal.

Para o futuro, pretende-se construir e implementar o plano de SAN de Rio Branco, que foi incentivado pela assessoria fornecida pelo LUPPA em 2022. Uma das metas é fazer o levantamento e planejamento em todas as secretarias, realizando encontros para a formulação conjunta de minutas e documentos para que se avance num plano municipal de governança.



SANTARÉM (PA)

População (Censo 2022):

331.937 habitantes

Área: 17.898 km²

Santarém se destaca como uma das principais cidades do estado do Pará, com foco nas políticas voltadas para sistemas alimentares locais, que vêm se consolidando como uma referência na região amazônica. A cidade participou da primeira edição do **LUPPA** e as ações já destacadas nos **Cadernos LUPPA - Aprendizados do 1º LAB** foram mantidas, ao passo que outras foram sendo criadas a partir das demandas na produção de alimentos, na alimentação escolar e na organização de produtores.

No último período, a gestão municipal vem avançando na oferta de apoio à mecanização e assistência técnica aos pequenos produtores, a fim de melhorar áreas antropizadas, contribuindo para otimizar a produção e a produtividade, evitando o êxodo rural e aumentando a produtividade dos pequenos agricultores



TEMAS

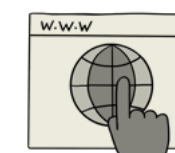
populações tradicionais e povos indígenas, alimentação escolar, governança inclusiva

do município. Também são feitas orientações no processo de emissão de notas fiscais e abertura de contas, que facilitam a comercialização da produção através das chamadas públicas de compra de alimentos. A partir de 2020, houve um aumento significativo no volume comercializado.

Em relação à alimentação escolar, a prefeitura realizou capacitação e treinamento de profissionais no mês de novembro de 2022, com cerca de 120 servidoras que atuam na preparação dos alimentos e refeições.



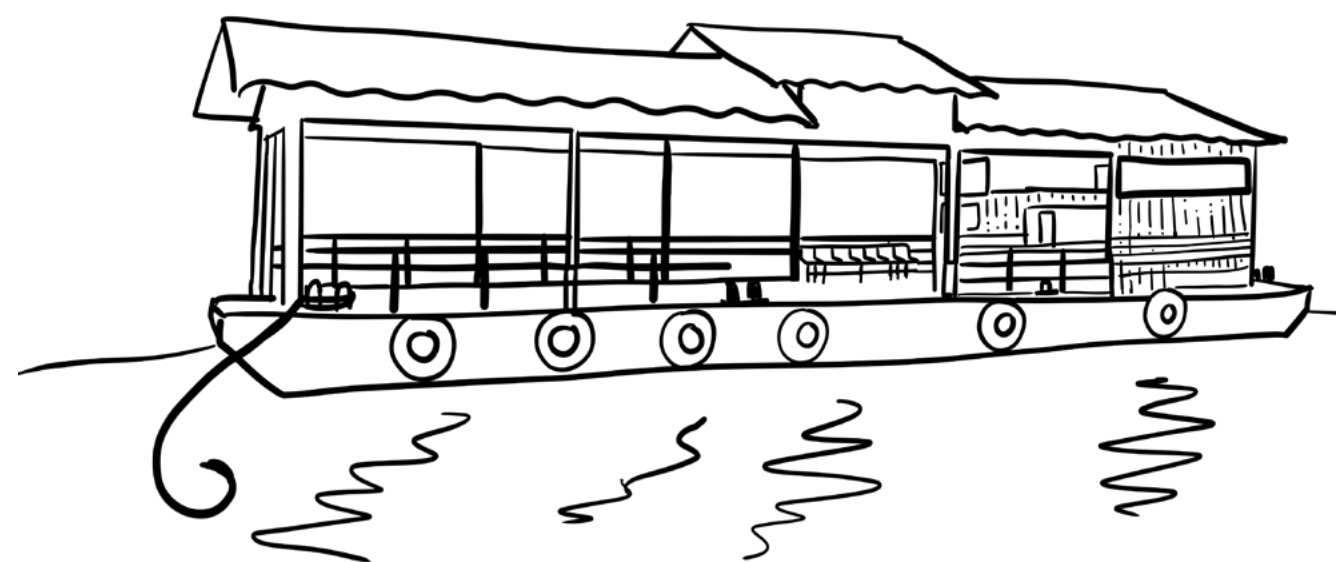
Foram montados 51 cardápios distintos na alimentação escolar para contemplar os hábitos e costumes alimentares dos escolares.





A capacitação também tinha o objetivo de levar em conta as mudanças previstas na última resolução do PNAE, que orienta quanto à proibição de açúcar e ultraprocessados na alimentação escolar, principalmente para crianças de 0 a 3 anos, priorizando a introdução de alimentos in natura, como frutas.

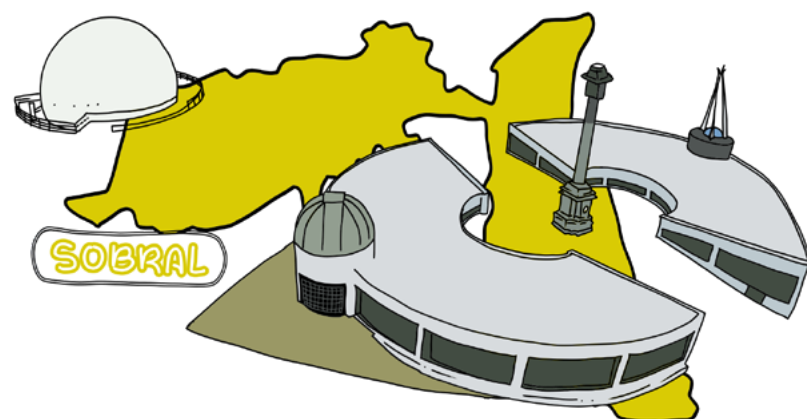
Os povos ribeirinhos de Santarém também recebem apoio e assistência da prefeitura, o que levou ao estreitamento na relação de confiança entre ambos. As orientações com relação a questões fiscais e processos de compra resultou no aumento da produtividade de alimentos pelos ribeirinhos, que garante a segurança alimentar e comercialização direcionada ao poder público. Estas iniciativas renderam um prêmio do SEBRAE à gestão municipal, pelo projeto de apoio aos ribeirinhos.





TEMAS

*mulheres, combate à INSAN,
desenvolvimento circular*



SOBRAL (CE)

População (Censo 2022):

203.023 habitantes


Área: 2.068 km²

Vitrine nacional na educação pública, o município de Sobral busca direcionar esta vocação às políticas de SAN, agregando iniciativas de educação ambiental e capacitação profissional à preservação do patrimônio genético local e produção agroecológica de alimentos.

O incentivo e capacitação de mulheres agricultoras para a produção de alimentos (hortaliças, criação de pequenos animais), organização e funcionamento em cooperativas, feiras e cozinhas comunitárias, está alinhado à proteção e criação de estruturas para a prevenção e combate à violência contra elas. Na Casa de Proteção da

Mulher Cearense, é feita capacitação de mulheres para desenvolver atividades econômicas, em parceria com o SESC, SENAI, SEBRAE e cooperativas.

Algumas políticas incidem diretamente no aporte à segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerabilizada. É o caso do Cartão Sobral e do programa Crescer Bem, que são voltados para famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de se fazer o acompanhamento de crianças. A distribuição de pescados através do Caminhão do peixe realiza doações de bolinhos de peixe e peixes in natura nas comunidades periféricas.

 **A política de banco de mudas associada à reciclagem de garrafas PET é uma ação que impacta na gestão de resíduos sólidos. As garrafas são trocadas por mudas e biocomposto.**

Essa iniciativa tem o apoio da Escola Agrícola do município.

Ao todo, são setenta agricultores que produzem através da agroecologia na zona rural do município. A gestão municipal pretende trazer este projeto de quintais agroecológicos para a cidade, levando agricultura para o centro urbano. Muitos destes agricultores trabalham muito com a compostagem e, a partir daí, produzem gás de cozinha em casa com biodigestor, captam água de chuvas nas cisternas e

fazem reuso de águas, praticando a desenvolvimento circular.

A participação do município de Sobral no **LUPPA** tem sido avaliada positivamente. Os setores da gestão diretamente envolvidos no laboratório fazem o trabalho interno de replicar as oficinas do **LUPPA** para os demais agentes da prefeitura, como forma de avançar na intersectorialidade das políticas de SAN. Um dos resultados diretos alcançados por Sobral na sua participação no **LUPPA** foi a assinatura do Acordo de Cooperação e adesão ao programa da Alimentação Consciente Brasil,

com vistas à redução de proteína animal na alimentação escolar.

Como perspectivas mais atuais, o Conselho de SAN de Sobral realizou o 1º Fórum de Planejamento Participativo em SAN no mês de janeiro de 2023, com o objetivo de construir, junto com a sociedade civil e o poder público, reflexões e direcionamentos necessários para o monitoramento das políticas de SAN. As proposições resultantes do fórum serão apreciadas e incluídas no Planejamento Anual de 2023.



CONCLUSÃO

LIÇÕES DA 2ª EDIÇÃO DO LUPPA

6

CADERNOS
LUPPA



CONCLUSÃO

Lições da 2ª edição do LUPPA

LUPPA LAB #2: êxito e impacto imediato

Em termos metodológicos, a grande novidade da 2ª edição do **LUPPA** foi a oportunidade de ter realizado o **LUPPA LAB** em formato presencial, promovendo engajamento maior entre os participantes, maior presença de representantes da sociedade civil nos Conselhos de SAN, e melhor aproveitamento das ferramentas metodológicas do **LUPPA** - como o exercício do **Projeto Âncora** e do **Mapeamento Sistemico**.

De fato, a representação dos conselhos de controle sociais das cidades participantes durante o **LAB** foi bem mais expressiva que na primeira edição: 66% dos municípios contaram com a participação de membros da sociedade

civil em harmonia com representantes das prefeituras, cumprindo um dos principais objetivos do **LUPPA** que é alavancar a construção de políticas públicas com participação social. Além disso, é importante também registrar que mais de 60% dos participantes presentes no **LAB** eram mulheres.

Quanto à diversidade territorial, estiveram presentes representantes de 26 cidades de diferentes tamanhos e realidades das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País. As cidades amazônicas, representando mais de 40% das cidades presentes no **LAB**, tiveram a possibilidade de dialogar e trocar experiências e desafios com os demais

municípios brasileiros.

Outro destaque foi a ampla participação de capitais brasileiras no **LAB**, demonstrando a relevância da agenda de SAN ao longo de todo o Brasil, e a tendência do comprometimento com essa agenda, já que as capitais são referências de ações e políticas públicas em diferentes esferas. As capitais engajadas na comunidade **LUPPA** são Rio Branco, Belém, Palmas, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e destaque para São Paulo, cidade mentora e sede do evento presencial.



O engajamento e comprometimento das cidades puderam ser verificados ao longo das edições do **LUPPA**, mas em especial no evento presencial, que teve grande adesão do início até o fim dos 3 dias de oficinas. Os participantes chegaram muito motivados e relataram na colheita final que saíram ainda mais motivados com ideias que outras cidades trouxeram e comprometidos em incluir a pauta de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis como agenda central das políticas públicas municipais.

A realização do **LAB** presencial confirmou a habilidade de manter a adesão e o engajamento das cidades participantes e parceiros, mas também de inovar em sua proposta metodológica de laboratório social voltado a buscar as causas sistêmicas da atual conformação

dos sistemas alimentares, para que uma verdadeira transformação possa ser colocada em prática a partir das políticas públicas municipais. Todas as atividades propostas foram norteadas pelos quatro princípios do **LUPPA**: intersectorialidade, compromisso político, participação social e aprendizado mútuo.

Todos estes fatores são características intrínsecas do **LUPPA**, o que enriquece a troca e o compartilhamento de experiências entre as cidades, e forma uma comunidade engajada e comprometida com a transformação dos sistemas alimentares. O **LUPPA LAB #2** permitiu um resultado mais impactante para os participantes, fortalecendo os vínculos, a construção de uma rede de apoio e, finalmente, o despertar da inteligência coletiva das cidades participantes. É

exatamente com este resultado que se faz possível e real a mudança de cultura na gestão pública para o tema de sistemas alimentares e a compreensão do verdadeiro e amplo papel das políticas alimentares.

As mensagens planejadas foram transmitidas e plantou-se a semente da transformação nos participantes e cidades presentes. O impacto causado já é real e as cidades saíram deste grande encontro com uma maior convicção da relevância da construção compartilhada da pauta de sistemas alimentares nos municípios - com participação social, engajamento, uma governança mais ampla e



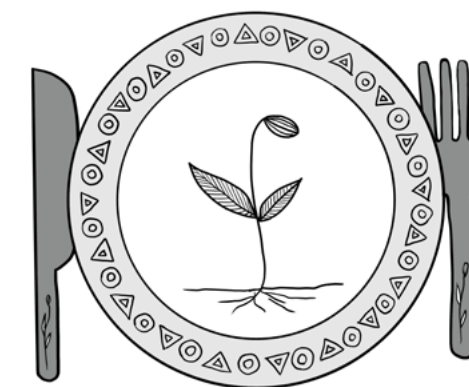
inclusiva, e visão sistêmica e intersetorial. Nosso objetivo de revisar o conceito de políticas de SAN para além do combate à fome, integrando também as agendas climáticas e do desenvolvimento sustentável, com planejamento e priorização, foi igualmente alcançado.

Ainda sobre o impacto das trocas de experiências de cruzamento de informações, desafios e oportunidades, esta segunda edição reforça o potencial das mentorias e sua metodologia de cooperação aprofundada.

O cruzamento nem sempre tão óbvio de cidades de diferentes tamanhos, regiões e características, nos traz a potência brasileira e como as diferenças regionais podem ser um fator de integração de soluções que podem ser adaptadas aos diferentes contextos. Nesta edição, as

cidades testemunharam na prática, como ações em logística de cidades amazônicas, podem inspirar soluções em cidades do sudeste, soluções tecnológicas, como softwares e sistematização de dados eletrônicos, podem ser adequadas nas administrações públicas de diversas cidades participantes e diversos outros exemplos.

Os relatos durante as mentorias, nos mostra que foi possível absorver não apenas “o quê”, o “quem” e “quanto tempo” leva para implementar uma política pública, mas que a riqueza deste grupo é a troca de “como” foi implementada. Conhecer quais etapas, erros, acertos, conselhos e depoimentos sobre a jornada de implementação pode trazer muitas ideias de novos caminhos a seguir.



Políticas Alimentares Municipais no Brasil na perspectiva do LUPPA: conquistas e desafios

Ao longo das atividades da edição, que incluem o já referido **LUPPA LAB**, mas também as entrevistas e diagnósticos por cada cidade, diversas oficinas e seminários virtuais, e os **Projetos Âncora** que as cidades elaboram após o **LAB**, é possível desenhar algumas conclusões a título de principais interesses, avanços de agenda, alguns gargalos e pontos de atenção.

Algumas análises reforçam o que já vinha se levantando na edição anterior, como a pauta da agroecologia e a da soberania alimentar identificadas como ferramentas de chamada das juventudes para as agriculturas, tendo em vista que praticamente todas as cidades apontam

o desafio de reter jovens no exercício da prática de produção de alimentos, seja no meio rural ou urbano.

O mesmo pode se dizer em relação à introdução de recorte de gênero no desenho dessas políticas, evidenciando-se uma festejada prática de elaborar programas e ações municipais em tema de sistemas alimentares que valorizem, priorizem e evidenciem o papel da mulher.

A preocupação com a preservação da agrobiodiversidade e o despertar para a pauta da bioeconomia e da "floresta em pé" ficaram bastante evidentes nesta edição. Isso se traduz no interesse dos governos locais por políticas e programas voltados tanto à confecção de cardápios

sóciobiodiversos da alimentação escolar quanto a bancos de sementes e valorização das culturas locais/regionais.

Reforçando o que já se havia notado na **1ª edição do LUPPA**, ante a então recente crise de aumento alarmante das taxas de insegurança alimentar no país, o interesse pelas ações municipais de combate à fome seguem em alta. A pandemia de Covid-19, somada à redução de orçamentos federais para os principais programas estruturais de combate à fome, fizeram os municípios assumirem cada vez



mais a agenda da segurança alimentar e a criarem medidas garantidoras de resiliência, sendo notório o crescimento de interesse em investir em programas como os de cozinhas comunitárias e restaurantes populares, assim como em bancos de alimentos, e até mesmo em programas municipais de aquisição de alimentos, no modelo do PAA federal.

Aliás, como resposta aos drásticos cortes do PAA federal nos anos anteriores e à perda de valor real do orçamento do PNAE, pode-se notar nos municípios mais rurais que aqueles que não tiveram como garantir o fomento à produção local através de compra pública de alimentos, voltaram seus interesse a iniciativas de fomento e apoio à comercialização e distribuição da produção local através de feiras e

mercado públicos, assim como em agregar valor à produção local através de assistência técnica e beneficiamento de alimentos. Essas formas de apoio à agricultura familiar local também se viram presentes mesmo nos municípios que conseguiram manter a compra pública, seja através da contrapartida no PNAE ou pela criação dos já referidos Programas Municipais de Aquisição de Alimentos.

O interesse em fomento à comercialização e agregação de valores ao produto local é nítido também nos municípios mais urbanizados, com forte presença de agricultura urbana e periurbana, que, como se verá adiante, é historicamente carecedora de espaço nas compras públicas de alimentos.

A mudança de governo federal em 2023 e a anunciada reestruturação do SISAN nacional e das estratégias nacionais para segurança alimentar e nutricional tiveram evidente efeito em cascata nos municípios. Mesmo naqueles em que o SISAN municipal está ativo, com Conselho, CAISAN e Conferência já programada, é visível que a oportunidade da agenda retomar destaque no âmbito federal impulsionou as atividades dos SISANs municipais. Na **2ª edição do LUPPA** percebeu-se um nítido salto de interesse em ativação das estruturas de governança participativa municipais e mesmo na adesão e/ou renovação de adesão ao SISAN nacional.





Esse movimento também pode ser sentido tanto na demanda quanto na expectativa que as cidades **LUPPA** demonstraram por uma estratégia nacional do governo federal para as cidades, e o melhor delineamento do papel do governo federal na coordenação dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional. Uma revisão desses papéis e dos formatos dos espaços tripartites de governo ainda é aguardada.

Uma questão bastante presente na 1ª edição foi a compreensão ou conscientização da necessidade da transformação de "políticas de governo" em "políticas de estado". Durante as atividades do **LUPPA LAB #1** muito se falou sobre essa necessidade de dar resiliência e

garantia de duração à agenda dos sistemas alimentares. Nesta 2ª edição foi possível notar que essa demanda evoluiu para o reconhecimento de que tal transformação passa pela institucionalização das pautas políticas, tanto via marcos legais quanto em organização das agendas de ação da administração pública. Percebeu-se um ampliado interesse na construção dos Planos Estratégicos de SAN, sendo que muitas cidades **LUPPA** já estão dando seus primeiros passos nesse sentido.

A pauta vem ganhando mais centralidade política, embora ainda permaneça aquém da importância devida. Aspectos mais imediatos e emergenciais, principalmente ações de combate à

insegurança alimentar, ainda são mais "convincentes" politicamente do que ações voltadas a atacar as raízes do problema e conectá-las à agenda climática e de desenvolvimento sustentável - o que não significa que essa pauta mais ampliada não tenha vez, muito pelo contrário. O compromisso com essa visão mais integrada e coerente da agenda da alimentação urbana esteve evidente na 2ª edição.

A 2ª edição do LUPPA também tornou evidente alguns pontos de atenção e oportunidades de ação.

No tocante ao acesso da agricultura familiar, especialmente a agricultura urbana, aos programas de compras públicas de alimentos, a emissão de DAP - e seu substituto CAF - é um desafio histórico que ainda não foi endereçado. As situações variam bastante no país, especialmente em razão de uma maior ou menor atuação proativa da respectiva EMATER estadual, no que tange à emissão das DAPs, e muita apreensão tem sido demonstrada quanto às exigências de seus substitutos CAF. Já quanto à documentação da agricultura urbana, a situação é basicamente a mesma no país todo, de quase inviabilidade de emissão da DAP, indicando que esse permanece sendo um gargalo para o avanço do apoio

ao desenvolvimento da agricultura urbana a partir do instrumento da aquisição pública de alimentos.

Um tema que pode parecer menos relevante, mas que representa um gargalo e ao mesmo tempo um grande potencial transformador, seja pelo aspecto da saúde, pelo aspecto social, e pelo ambiental, é o do desafio de inclusão do pescado artesanal local na alimentação escolar. Verifica-se que os municípios que têm comunidades pesqueiras estão mais preocupados em buscar enfrentar o tema, especialmente sob o ponto de vista da inspeção municipal e garantia da segurança do alimento, que contudo não são os únicos gargalos dessa questão. O desafio logístico,

o acondicionamento refrigerado nas escolas e a capacitação dos/as profissionais das cozinhas escolares também são indicados como pontos a serem trabalhados. Introduzir o pescado local e artesanal na alimentação escolar já é realidade para alguns municípios LUPPA, mas para outros ainda permanece uma realidade distante.

Ainda no tema da produção local de alimentos, o acesso à terra para agriculturas no território urbano continua sendo apontado como um grande desafio municipal, ante as investidas da especulação imobiliária e a



dificuldade de geração de renda com a agricultura urbana. Não só quanto à agricultura urbana, mas igualmente no tocante aos conflitos agrários, aos assentamentos da reforma agrária, e às comunidades tradicionais, verifica-se que sobre os governos municipais recai uma enorme parcela da necessidade de fomentar e apoiar essas agriculturas. E no entanto, ainda se mostra tímido o amadurecimento da compreensão de que o investimento em agricultura urbana e periurbana, para além das pautas do abastecimento alimentar e da geração de renda, pode e deve ser visto pelos governos municipais como um importante serviço ecossistêmico, especialmente se adotados os modelos de agrofloresta e outros modelos agroecológicos.

O outro ponto carente de maior atenção diz respeito à interação

entre governos municipais e governo estadual e aos espaços de apoio, suporte e coordenação que os governos estaduais podem ocupar nessa agenda, especialmente no tocante à produção e abastecimento de alimentos.

Por fim, vale destacar que a estrutura da CAISAN municipal é ainda uma grande promessa à espera de efetivação em muitas cidades **LUPPA**. Sabe-se que as administrações municipais variam muito em formas de organização e organogramas, o que é absolutamente razoável, tendo em vista a diversidade de interesses e demandas prioritárias de cada território. Assim, se para alguns municípios faz sentido centralizar as ações de SAN em uma única Secretaria de governo, para muitos outros, centralizar a gestão da área seria uma meta inatingível. Por isso, ainda que não haja um órgão executivo

mais central, a concertação entre agendas pode e deve se dar através da CAISAN. No entanto, as cidades relatam dificuldade em criar, implementar e manter ativas as CAISANs municipais, o que indica que o componente político (centralidade política da agenda de sistemas alimentares) ainda precisa evoluir.

Para fechar as oportunidades de temas que foram ventilados nesta 2ª edição e que certamente merecerão destaque na próxima edição, verifica-se que o tema das parcerias com entidades públicas estatais, entidades do Sistema S, universidades e parceiros do setor privado ainda é um grande ponto a ser explorado e verdadeiro



potencial de ampliar os investimentos na agenda.

Os municípios de um modo geral conhecem apenas em parte o potencial de apoio das entidades do Sistema S. O tema das parcerias público-privadas para ativar sistemas alimentares sustentáveis, naturalmente com o devido cuidado de se alertar para, e se evitar, os conflitos de interesse no âmbito do setor alimentar, ainda pode ser mais bem explorado com os governos locais e seus órgãos de atuação da agenda alimentar.

Essas são, portanto, as análises que a **2ª edição do LUPPA** propiciou. Mas a mensagem central é que muito se tem avançado nas gestões municipais; grande é o interesse e o compromisso com a

pauta dos sistemas alimentares; e articulação, capacitação, treinamentos e aprendizagem a partir de casos concretos ainda são demandas bastante presentes.

O trabalho e a metodologia empregados num laboratório de políticas públicas são a resposta mais ágil e impactante que se tem para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável no horizonte de 2030. O reconhecimento deste modelo inovador veio em julho de 2023, com a menção do **LUPPA** na publicação das **Nações Unidas** "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (SOFI 2023), elaborado por suas agências **FAO, PMA, FIDA, UNICEF** e **OMS** para acompanhamento do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável). O SOFI

2023, com o título "Urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no contínuo rural-urbano", indica o Brasil, em razão do **LUPPA**, como exemplo mundial de inovação em "food labs", a endereçar as soluções necessárias para a transformação dos sistemas alimentares.

